

Geopolítica e (in)segurança

Reflexões sobre uma nova visão da fronteira nacional

Mafalda da Gama Lopes

Orientador: Prof. Doutor Heitor Barras Romana

Dissertação para a obtenção de grau de
Mestre em Relações Internacionais

Lisboa
2022

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Geopolítica e (in)segurança

Reflexões sobre uma nova visão da fronteira nacional

Mafalda da Gama Lopes

Orientador: Prof. Doutor Heitor Barras Romana

Dissertação para a obtenção de grau de
Mestre em Relações Internacionais

Júri

Presidente:

Doutora Teresa Manuela Rebelo Fernandes de Almeida e Silva, Professora Catedrática do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientador;

Doutor António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Professor Catedrático Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutora Andreia Mendes Soares e Castro, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Lisboa
2022

«Penso na fronteira como o único ponto da terra que contém todos os outros lugares dentro de si»

Gloria Anzaldúa

Resumo

O propósito desta dissertação é compreender, perante uma fase de grande convulsão geopolítica e de consciência de transitoriedade conceptual, de que forma a multidisciplinaridade e multidimensionalidade das fronteiras poderá influenciar a condução estratégica dos desígnios nacionais e, assim, garantir a sua segurança. Partindo de uma matriz construtivista e fundamentando a evolução histórica da conceptualização das fronteiras, a dissertação analisa as novas dimensões sócio-espaciais das fronteiras enquanto fator impulsionador (ou condicionador) do imperativo de segurança de um Estado.

O argumento subjacente é o de que Portugal dispõe de um espaço geopolítico próprio, que ultrapassa largamente o seu território físico, assente na consolidação da maneira portuguesa de estar no mundo e cujas fronteiras chegam até ao limite do nosso território espiritual. Será através da aceitação de um princípio relacional das fronteiras portuguesas, que maximiza as suas dinâmicas e interações sócio-culturais, que entendemos que a implementação de uma nova visão de fronteira nacional constituirá uma mais valia para a geopolítica da portugalidade, promovendo a elaboração de uma estratégia de segurança nacional.

Palavras-chave: Geopolítica, Segurança, Segurança Nacional, Fronteiras, Fronteira Nacional, Construtivismo, Relações Internacionais

Abstract

In a context of great geopolitical upheaval and conceptual change, the main purpose of this essay is to understand how multidisciplinary, and multidimensional borders can influence national strategic goals and security. From a constructivist analysis and through historical evaluation of borders' concept, this study emphasises the socio-spatial dimensions of borders as a driving factor (or a restrictive one) to the State security imperative.

The major argument is that Portugal has its own geopolitical space, which goes far beyond its physical territory based on the merging of “a Portuguese way of being in the world” concept, whose borders could be recognised into our spiritual territory limits. By accepting the multidimensional Portuguese borders assessment as a relational principle that enlarges socio-cultural dynamics and interactions, an advantageous scenario is foreseen as the new dimensions of our national borders will add value to a more accurate Portuguese geopolitics, and to consolidate a national security strategy.

Keywords: Geopolitics, Security, National Security, Borders, National Border, Constructivism, International Relations

Agradecimentos

Após vários anos longe da Academia, o retomar de um percurso universitário, em simultâneo com as vicissitudes profissionais e pessoais, foi, durante muito tempo, uma fronteira intransponível. Agradeço, por isso, ao Professor Doutor Heitor Barras Romana, o estímulo e o desafio que me lançou, para além do encargo de orientação da presente dissertação que assumiu, cuja incansável disponibilidade e críticas construtivas muito contribuíram para a realização desta investigação.

Aos Professores Doutores Adriano Moreira e António Sousa Lara muito agradeço os assertivos conselhos para a escolha do tema e a troca profícua de ideias e conhecimento profundos ao longo dos anos, particularmente decisivos no trajeto desta dissertação.

Às Professoras Doutoradas Andreia Soares e Castro e Teresa Almeida e Silva, o meu agradecimento pessoal por todas as oportunidades de esclarecimento, aconselhamento e acesso a novas metodologias de trabalho.

Aos Embaixadores amigos, Luís Cabaço e José Cutileiro, a gratidão pela paciência e pelas sugestões sempre tão pertinentes.

Ao Professor Doutor Luís Fontoura, Mestre e Amigo, que tanto esperou por esta concretização e que sempre me ensinou que não há limites para a sabedoria, chave-mestra para o sucesso e realização pessoal.

Ainda um agradecimento especial à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pelo apoio em tempo concedido, contributo valioso para a minha formação e amadurecimento desta investigação.

À minha Família, minha tribo, muito obrigada por «*sermos até ao fim uma coisa no seu começo*», lembrando-nos mutuamente que as maiores barreiras são as que estão dentro de cada um de nós.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I – GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA	7
1.1. Enquadramento conceptual.....	7
1.2. Da geopolítica crítica e das prioridades de segurança	10
1.3. Teoria construtivista, segurança e redes de poder	14
CAPÍTULO II – CONCEPTUALIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS	17
2.1. Da territorialização aos limites dos grandes impérios	17
2.2. <i>Urbs, limes, fines imperii</i>	22
2.3. Reflexões sobre a natureza das fronteiras territoriais do Estado.....	27
2.4. Impérios, desfragmentação e constrangimentos fronteiriços	32
CAPÍTULO III – MUNDO SEM FRONTEIRAS OU MUNDO SEM LIMITES?	37
3.1. O caminho para a fronteira da Paz.....	37
3.2. Muros à imigração ou a <i>fronteirização</i> da pobreza	41
3.3. A fronteira ambiental e o regresso à tribo.....	46
3.4. Ciber(in)segurança e ciberfronteira	49
CAPÍTULO IV – PORTUGAL: REFLEXÕES GEOHISTÓRICAS SOBRE UMA NOVA VISÃO DE FRONTEIRA NACIONAL	54
4.1. A importância da geopolítica das fronteiras nacionais	54
4.2. Uma perspetiva crítica das fronteiras do Estado português.....	58
4.3. Portugal e a derradeira fronteira à estratégia de segurança nacional	62
BIBLIOGRAFIA	65

INTRODUÇÃO

Ao iniciar esta investigação, gostaríamos de evidenciar que na génese deste trabalho estará o reconhecimento de que não é possível dissociar da condição humana a existência de fronteiras. Aliás, uma das afirmações centrais desta tese será a de que, independentemente do estado evolutivo da humanidade, a perceção do território de cada um, do seu espaço, seja indivíduo, seja Estado, e da sua conseqüente preservação, depreenderá sempre uma garantia de segurança do mesmo dentro de certos limites.

Quando refletimos a primeira vez sobre a temática das fronteiras, há vários anos atrás, prevalecia uma perspetiva geopolítica, académica, mas com pouca vivência operacional. Na época, a análise incidia, em profundidade, sobre a pesquisa dos principais fatores evolutivos do alargamento ou compressão do nosso território, que nessa ocasião dava já os primeiros passos em torno de novas fronteiras não-convencionais.

Pressupunha-se, claro, uma avaliação geopolítica de Portugal num enquadramento político, económico, cultural e de segurança no quadro UE-NATO-CPLP, cuja tipologia de fronteiras, multifacetada e multidimensional, em certa medida ainda se preserva. Mas perante uma realidade em aceleração contínua, perante tantas incertezas, tantas ameaças desterritorializadas e, sobretudo, perante a emergência de uma sustentabilidade global e interdependente, tornou-se bastante perceptível que, num quadro de análise geopolítica e de (in)segurança, seria absolutamente necessário refletir sobre uma nova visão de fronteira nacional.

A imprevisibilidade da cena internacional e os recentes acontecimentos mundiais assim o comprovam, sendo que muitas das atuais dinâmicas, na sua generalidade incontrolláveis, são já causa de profundas transformações na vida humana. Estamos, pois, perante uma fase de grande convulsão geopolítica, a que acresce uma consciência de transitoriedade conceptual, cujo posicionamento teórico certamente impulsionará, num quadro de análise interdisciplinar focado no âmbito das Relações Internacionais, para a importância do estudo da geopolítica e sucessiva reavaliação de conceitos, entre os quais o do fenómeno mais palpável da geografia política – a fronteira (Minghi, 1963).

Justifica-se, assim, um debate sobre a dimensão multidisciplinar das fronteiras (Houtum, 2005), que ultrapassa a perspetiva clássica da influência geográfica sobre o

homem na delimitação do seu espaço, para abarcar uma análise sobre o seu foco sócio-espacial, sobretudo quando fenómenos como os da migração na Europa aprofundaram a injustiça e enfatizaram as desigualdades sociais, numa partilha desequilibrada do território que deveria ser "*casa de todos os homens*" (Faria, 2005).

Foi disso exemplo recente, a instrumentalização de migrantes detidos na fronteira entre a Bielorrússia e a Polónia, ações condenadas publicamente pelos membros europeus e norte-americano do Conselho de Segurança, que as entenderam como meio para "*desestabilizar a fronteira externa da União Europeia*", tal como foi toda a tensa situação em torno do *build-up* russo junto à fronteira ucraniana e que culminou com a sua invasão.

Ora, nesta consolidação de cenários que parecem evidenciar, cada vez mais, a tendência para o fim do mito da eliminação das fronteiras nacionais (Raffestin, 2005), a zona de fronteira deve ser analisada enquanto ativo estratégico para a segurança nacional, no sentido em que incorpora as suas dimensões político-económico-sociais, mas também "biológicas", lembrando que "*as sociedades foram sempre definidas pelas fronteiras que (...) traçaram*" (Raffestin, 2005).

Assim, e assumindo a necessidade de um novo quadro de referência no sistema internacional, tornou-se relevante tomar como questão nuclear desta investigação a seguinte pergunta de partida: **De que forma pode a geopolítica das fronteiras contribuir para o imperativo da segurança (e insegurança) do Estado?** E, neste contexto, por nos interessar particularmente o caso de Portugal, procurar compreender que nova visão de fronteira nacional deverá constituir uma mais-valia para a definição e implementação de uma estratégia de segurança nacional.

Para dar resposta a estas questões centrais foram definidos dois grandes objetivos: (1) por um lado, e de forma genérica, compreender a atualidade do sentimento de pertença a um espaço e a necessidade de delimitar, ocupar e defender o mesmo (Houtum, Kramsch e Zierhofer, 2005), analisando cenários que validem as diversas dimensões das fronteiras. Por outro, e porque na agenda nacional deve ser de particular relevância pensar-se, mais do que nunca, para onde caminhamos como Nação e o que ambicionamos enquanto Estado, pretende-se, (2) em termos mais específicos, avaliar a aplicabilidade, ao caso português, de um debate construtivista (Wendt, 1992) e dos reflexos evolutivos das

Relações Internacionais na *“maneira portuguesa de estar no mundo”* (Moreira, 2009), ainda em expansão e que, claramente, ultrapassa o nosso território físico até aos limites do *“território espiritual de Portugal”* (Sousa, 2016).

Pretendendo operacionalizar esta ideia, e no que toca à metodologia usada, considerou-se qual seria a melhor opção de orientação teórica para a estrutura, recolha e análise de dados coerentes e alinhados com os objetivos definidos. Assim, partindo de uma pesquisa delimitadora do que tem sido publicado no quadro teórico das Relações Internacionais, verificou-se que o modelo de análise deveria promover uma abordagem inovadora do tema escolhido, tendo por base a discussão crítica da literatura mais relevante. Iniciou-se por isso a fase de recolha através da apreciação de dados documentais pré-existentes (Campenhoudt et al., 2019), seguindo-se uma pesquisa bibliográfica e documental suficientemente abrangente e atual, incluindo fontes primárias, que promovessem o método qualitativo.

Esta opção pretenderá validar o posicionamento da investigação assumido, considerando que, na abordagem qualitativa, a realidade apenas existe quando *“é socialmente construída”* (Berger e Luckmann, 1967) e enquanto uma das opções metodológicas *“direcionada(s) para procedimentos centrados na investigação em profundidade (...) [cujo objetivo] é o de permitir que [se] possa recolher e refletir sobretudo [em] aspetos enraizados, menos imediatos, dos hábitos dos sujeitos, grupos ou comunidades em análise e, simultaneamente, possa sustentar, de modo fundamentado na observação, a respetiva inferência ou interpretação dos seus hábitos”* (Santo, 2015). Espera-se que tal método se revele adequado para a visão compreensiva da(s) pergunta(s) de partida, cujas conclusões dependerão, certamente, de uma análise dedutiva aplicada à realidade concreta das novas dimensões da *“territorialidade”* humana.

Finalmente, e no que se refere à parte prática da dissertação que aponta para uma estratégia de estudo de caso, prevê-se um paradigma interpretativo, aceitando-se que o conhecimento, por ser criado em relação a um determinado contexto, não excluirá a dimensão da formação académica e experiência profissional da investigadora. Aliás, outros obstáculos poderão também ser referenciados, como seja a proximidade temporal e espacial, afigurando-se difícil estabilizar um quadro conceptual quando o próprio objeto de

estudo é ainda transitório, reconhecendo-se que tais factos poderão limitar a profundidade da investigação por serem geradores de uma visão tendencialmente parcial e subjetiva da hipótese levantada.

Todavia, acredita-se que esta opção do estudo de caso será aquela que possibilitará uma análise mais aprofundada do tema, através de uma *“abordagem empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e que permite relacionar as variáveis com as causas investigadas”* (Yin, 2009). Ao propor algumas reflexões sobre uma nova visão de fronteira nacional espera-se que o fenómeno em estudo possa vir a ser útil para uma *“prática discursiva de representação espacial da política (inter)nacional”* (Ó Tuathail, 2003) e que, pela via do debate entre as teorias existentes e o caso investigado, se possa contribuir para a eventual operacionalização dos resultados obtidos.

Relativamente à revisão da literatura, esta temática revelou-se particularmente interessante, uma vez que encontrámos matéria profundamente tratada sobre questões teóricas do quadro conceptual escolhido, sobre temáticas de geopolítica e segurança e, particularmente relevante para o nosso estudo, sobre a conceptualização de fronteira, encontrando-se as respetivas obras devidamente citadas, no corpo do texto, ao longo da investigação. Porém, nenhuma das pesquisas permitiu evidenciar haver um estudo concluído sobre a problemática da geopolítica das fronteiras num quadro de (in)segurança nacional.

Marchueta (2000 e 2002) desenvolve a conceptualização de fronteiras, ainda que sem estabelecer na sua análise uma lógica construtivista. Esta linha é seguida por outros trabalhos de investigação de alunos do Instituto de Estudos Superiores Militares, cujo principal objetivo é a consolidação dos vários tipos de fronteira, muito embora analisados numa perspetiva estática, isto é, sem análise dedutiva dos resultados da sua interação.

Foi com os estudos produzidos pelo Professor Adriano Moreira em matéria de fronteiras e portugalidade que a ideia de uma nova visão de fronteira nacional se emancipou. *A Fronteira Ideológica* (1963), *As novas fronteiras e o direito à imagem nacional* (1966), *a Situação internacional portuguesa* (2000), *A identidade portuguesa* (2007), entre outros, *Portugal e a Geopolítica da Interculturalidade* (2009) revelaram-se essenciais para formatar a nossa lógica de pensamento e procurar produzir uma perspetiva crítica das

fronteiras do Estado português, como vocação a produzir um novo espaço (espiritual) fora das contingências da sua exiguidade (A Circunstância do Estado Exíguo, 2011).

Uma palavra também para o significativo contributo que os estudos em segurança (Lara, 2017), cultura estratégica (Romana, 2016a) e geopolítica (Fontoura, 2013) com ligação ao ISCSP continuam a desempenhar em temáticas de Relações Internacionais e que foram de extrema relevância para o enquadramento teórico desta dissertação, influenciando claramente a estruturação do trabalho, que será dividido em quatro partes, a saber:

- um primeiro capítulo dedicado ao enquadramento conceptual, que opta pela matriz construtivista como a mais adequada para a análise das relações de poder de um Estado e da sua segurança;
- no segundo capítulo, pretendeu-se uma reflexão histórica sobre a conceptualização das fronteiras, desde o fenómeno de territorialização até aos limites e conseqüente desfragmentação dos grandes impérios;
- numa lógica de abordagem das novas variantes socio-territoriais das fronteiras, partimos, no terceiro capítulo, para a interpretação crítica das novas formas de *territorialização* humana, num mundo global, que se pretendia sem fronteiras, mas visivelmente parece estar sem limites; e
- por fim, um último capítulo, dedicado ao estudo de caso de Portugal, cujo propósito científico será o de lançar ideias para o eventual contributo que a geopolítica das fronteiras poderá desempenhar no âmbito da definição de uma estratégia de segurança nacional.

É, pois, esta a realidade que constitui a indagação essencial da nossa dissertação.

CAPÍTULO I – GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA

1.1. Enquadramento conceptual

Parece fundamental iniciar o presente estudo demarcando alguns dos principais conceitos e perspetivas teóricas que estão na génese do pensamento que se pretende aprofundar ao longo da nossa investigação.

O primeiro será o de espaço (geopolítico). Segundo Juan Clemente Zamora (1946), a Humanidade não permanece estática, sendo que a vida do homem sobre a terra tem sido reflexo de uma sucessão de reações do meio sobre o homem e do homem sobre o meio, que procuraram sempre ajustar-se mutuamente. Também da análise retrospectiva daquilo que Toynbee (1965) designou como o *"encontro entre a Mãe-Terra e o Homem"*, se deduz que tal encontro se prendeu com dois fatores evolutivos: o domínio da terra sobre o homem e o domínio do homem sobre a terra. Por outras palavras, a transformação do espaço natural em espaço geopolítico e a importância que tal transformação teve na questão da evolução das fronteiras (Ancel, 1938). Este será certamente o nosso ponto de partida.

Ao tentar progressivamente libertar-se das coações do meio natural, a Humanidade organizou o espaço onde se tem desenrolado a sua história, acrescentando progressivamente ao determinismo geográfico um impulso instintivo de conquista de espaço vital, merecedor de posse e defesa. Para o alargamento do *lebensraum*, a defesa e a conquista do espaço constituíram, indiscutivelmente, a aspiração do homem à expansão o que justificou as guerras de agressão que presidiram à formação territorial dos Estados no interior das fronteiras, entendidas desde sempre como linhas de confrontação entre os povos.

De igual modo, a fixação dos grupos humanos nos diversos territórios acabou por fazer surgir um duplo fenómeno, com consequências relevantes. Por um lado, foi aqui que *"a tribo acampou [e] que nasceu, definitivamente, nas suas formas mais rudimentares, o Estado"* (Almeida, 1990); por outro, a territorialização humana trouxe a confirmação do exclusivismo do espaço e das primeiras perceções de defesa e segurança do mesmo.

Compreende-se, por isso, que o estudo da influência geográfica sobre o homem tenha sido, desde cedo, uma motivação para avaliar o segredo do poder ou um modelo adequado para governar as coisas, tendo a importância do espaço (geopolítico) assumido primordial relevância com a base teórica do alemão Friedrich Ratzel, autor da afirmação «*espaço é poder*».

O estudo das relações entre o homem e o espaço geográfico antecede o *settlement* (Isnard, 1982), movidas pela necessidade, curiosidade e propósito em descobrir o espaço terrestre (Costa, 1968), que assim o levou a procurar satisfazer as suas mais relevantes necessidades vitais e espirituais. Gradualmente, tornou-se exclusivista do seu espaço, surgindo a obrigação de defender o território disputado por todos e criando condições progressivas para alargar o ecúmene. Ao procurar os territórios propícios à sua fixação, o homem iniciou um relacionamento estável com o seu próprio espaço, produzindo cultura e diversidade étnica, o mesmo será dizer, ganhando identidade.

Ratzel (1899), que estudou a impossibilidade de conceber o Estado sem território (sem *Raum*), considerava que a sociedade estava destinada a defender e expandir esse mesmo espaço, reconhecendo e sublinhando a capacidade inata dos povos em captar e desenvolver as potencialidades do solo, numa lógica de movimento de avanço perpétuo da linha de fronteira.

Foi aliás neste quadro de análise que o referido autor concluiu ser o povo alemão portador de um apurado sentido de espaço (*Raumsinn*), “*vivo e superior ao de qualquer outro povo*” (Ratzel, 1896). Também Karl von Haushofer, inspirador e orientador da Escola Geopolítica de Munique, partilhou da mesma doutrina do crescimento territorial, em que, na luta pela sobrevivência, os Estados mais fortes e mais dinâmicos se expandiam, absorvendo, inexoravelmente, se necessário *manu militari*, os Estados mais débeis (Ebelin, 1994). Daqui Haushofer e a *Geopolitik* lançariam o conceito de espaço vital (*Lebensraum*).

Mas se as concepções de *Raum* e *Lebensraum*, de origem germânica, a par dos conceitos de *Heartland* e de *World Island* do britânico Halford John Mackinder (1904), trouxeram à geopolítica uma nova e mais ampla dimensão da importância da territorialidade e da sua segurança, com o início da análise do espaço à escala mundial (Cohen, 2015), as terríveis consequências para a Humanidade que a politização extrema da

visão naturalista e orgânica do conceito de fronteira causara acabariam por marcar o início do fim da contemplação da fronteira natural (Agnew, 2013).

No campo dos estudos da segurança passou a dominar a perspectiva predominantemente realista, em que cada nação aprendeu a delinear a sua política externa num mundo fechado sobre si mesmo, visualizando o seu território como o centro nevrálgico dos acontecimentos, vinculados à força militar ou à ação estratégica (Buzan e Hansen, 2009). Por outras palavras, a análise do poder do Estado deixara de depender apenas de fatores estáveis, para passar a considerar a interação de todos os produtos, sendo que a questão da soberania nacional já não dependia exclusivamente da grandeza e situação geográfica das suas terras, mas contava com outros fatores como a força militar, o desenvolvimento tecnológico ou a capacidade económica.

Mahan (1889), Mackinder (1904) e Spykman (1944) trouxeram novas perspetivas geopolíticas e abriram as portas ao princípio do Grande Espaço, que indiscutivelmente levantava novas questões de segurança. Aliás, Nicholas Spykman, que sempre argumentou ser a independência da soberania do Estado a característica principal da sociedade mundial, via neste conceito o problema da segurança, tendo refletido sobre a geopolítica da Paz e assim validado conceptualmente o caminho para as fronteiras da globalização.

Por sua vez, no debate teórico, Buzan e Hansen (2009) compreenderam o Estado enquanto objeto de referência central nos estudos de segurança, procurando avaliar as ameaças internas e externas e tendo concluído que a evolução do conceito de segurança se dá quando este deixa de servir apenas a defesa do espaço ou a arte de fazer a guerra, integrando questões político-sociais relevantes para a análise. Entrava-se num período de mudança epistemológica, em que a fronteira passaria a ser reconhecida como linha de demarcação sócio-espacial, que traça a diferença entre culturas (Dalby, 2008), podendo ser criticamente investigada como fator diferenciador de paisagens socialmente construídas.

Será precisamente no quadro da geopolítica crítica – que vê criadas as condições para romper com a geopolítica tradicional, por esta refletir *“interesses protecionistas de certas estruturas de poder, (...) profundamente comprometidas na criação e perpetuação desses problemas”* (Ó Tuathail, 2003) –, que passa a ser possível *“manter ou ampliar as fronteiras*

materiais e imateriais da sua estrutura” (Ó Tuathail e Dalby, 2002) e assim pretender-se explicar a complexa realidade social.

1.2. Da geopolítica crítica e das prioridades de segurança

Está hoje incontestadamente aceite que o século XX se iniciou e concluiu atipicamente. Depois de ter arrancado ao som dos tambores da guerra nos campos europeus – com a utilização de meios humanos e técnicos em volume e poder destruidores até aí inimaginados e que, tragicamente, ensanguentaram multidões estupefactas, incapazes de entender o final abrupto de uma época –, o seu fim foi ditado pela destruição, em Berlim, da fronteira imperial que, significando a apropriação violenta de vontades e consciências por uma ideologia armada, materializou uma das traves mestras do sistema político mundial cristalizado em dois polos de sentido oposto, com uma vocação de segurança hegemónica.

Os tempos que se iniciaram em 89 lançaram, em crescente aceleração até ao início do segundo milénio, a implantação de uma outra forma de civilização global, acima das unidades políticas que vinham desde a Idade Média gerindo as relações entre os povos. Todos os pilares em que assentara, nos últimos séculos, a relação entre os Estados entraram em crise irreversível e todo o pensamento sobre o Estado careceu de revisão e adaptação ao futuro que chegava, diariamente, com inusitada velocidade e que apontava para uma fase civilizacional sem precedentes.

Com a queda da maior fronteira ideológica, artificialmente construída na Europa no século XX, o continente, e o mundo, sofreram profundas transformações geopolíticas e geoestratégicas (Agnew, 2003). Por um lado, o desmembramento da URSS significou dispersão e desmultiplicação de fronteiras, novas dinâmicas de poder, relacionamentos assimétricos na vizinhança próxima. Por outro, a sua derrocada simbolizou também a entrada numa nova fase – a do projeto de um grande espaço único, liderado pelos norteamericanos, em que a geopolítica do mundialismo pretendia assumir proporções unipolares, globais e atlantistas.

Contudo, o projeto do grande espaço pró-americano, sinónimo da criação da *Pax Americana* planetária e do estabelecimento de uma nova ordem mundial com um único governo, fundado na vitória do atlantismo sobre o eurasismo, acabaria por ser revelador de mais insegurança. Enquanto a ordem bipolar permitira um nível, incomparavelmente superior, de liberdade (entenda-se soberania) aos Estados da esfera de influência de cada um dos dois grandes espaços, a conceção mundial de grande espaço deixava antever a exclusão de quaisquer formas de verdadeira soberania estatal e política.

A História veio a demonstrar que o princípio de grande espaço planetário pressupunha o desaparecimento completo de uma qualquer soberania, assumindo-se o esmagamento pela força, fosse militar, fosse económica, dos pequenos espaços divididos e atomizados como a única forma de controlo (Dugin, 1999). Acresce que, a pretensão de agir unilateralmente, sem ter em linha de conta a existência de vários grandes e médios poderes no grande espaço mundial, afigurava-se perigosa, além da onda antiamericana que se formava já um pouco por toda a parte.

Nas palavras do Professor Adriano Moreira (2002), a globalização e *“a internacionalização acelerada que [marcavam] o ambiente e as dependências de todos os agentes soberanos e não-soberanos, e que [acentuavam] progressivamente a condição exógena de grande número de pequenos países a tenderem para exíguos, [conferiam] indiscutível carácter de urgência e prioridade à temática das relações internacionais”*.

Ora, esta análise é particularmente relevante se tomarmos em devida consideração que o *timing* do fim do conflito bipolar foi coincidente com o fim da visão conflituante e diametralmente sentida nos meios académicos em matéria de enquadramento e de grandes debates teóricos das Relações Internacionais. Um desanuviamento que permitiu pensar-se sobre a natureza da realidade internacional e qual a melhor forma para as Relações Internacionais entenderem e explicarem o mundo. Era o início do consenso pela socialização dos principais paradigmas teóricos das Relações Internacionais, cuja *buzzword* passou a ser a do construtivismo.

Na verdade, ultrapassada a perspetiva realista da condição anárquica do sistema internacional, em que Waltz personalizara a teoria da balança de poder a par de outros argumentos teóricos do realismo como a teoria do dilema de segurança (Jervis, 1978) e a

teoria da estabilidade hegemónica, a Escola Inglesa (Linklater e Suganami, 2006) já havia iniciado a promoção da ordem e da sociedade internacional (e não um sistema internacional contrariamente ao realismo) através de uma visão teórica holística (Wight, 1960) que contemplava a integração da filosofia e da história numa “*teoria de política internacional*” (Brown, 2000). No fundo, uma abordagem interpretativa com o propósito de estabelecer pontes de diálogo com as abordagens mais tradicionais.

Simultaneamente, e no quadro da abordagem crítica das relações internacionais fundada pela Escola de Frankfurt, Robert Cox (2008) refletiu sobre a tradicional fenomenização naturalista da ordem internacional e respetivas instituições, contrapondo o peso que também exercem as ideias e as capacidades materiais em ordens internacionais socialmente construídas. Assumindo o princípio de que o mundo é desigual e inseguro (desigualdades e inseguranças essas que não são naturais, mas antes resultado da evolução histórica) numa ordem internacional hierarquizada, Cox revelaria aquela que seria a maior fronteira da globalização – a inexistência de uma verdadeira vontade global comum, suficientemente capaz de ultrapassar as desigualdades e desequilíbrios do sistema. Só através das ações de uma nova sociedade civil transnacional, efetivamente participativa, seria possível chegar ao verdadeiro multilateralismo democrático (Romana, 2016b).

Por sua vez Linklater (2011), que abordou a possibilidade de serem criadas novas comunidades políticas e de um novo conceito de cidadania, contribuiu para o abandono da lógica de rivalidade geopolítica, valorizando novas formas de cooperação solidária. Graças ao diálogo e consentimento, e não pelo domínio e pela força que financiavam o tradicional valor moral das fronteiras nacionais, poderia ser viável a construção de uma nova cidadania cosmopolita, capaz de eliminar a política de exclusão através de novas formas de cooperação e em respeito por soluções pluralistas e solidárias, vetor relevante por contemplar a possibilidade de mudar o mundo.

Compreende-se, pois, que neste quadro analítico a geopolítica tenha ressurgido renovada enquanto disciplina, impulsionada pelas análises arrojadas de Francis Fukuyama com *O Fim da História e o Último Homem* e as previsões cuidadas de Samuel Huntington em *O Choque das Civilizações e a Mudança da Ordem Mundial*, cujas visões disseminadas à escala global procuraram legitimar ações, estruturas e discursos de poder. Se durante a

Guerra Fria as potências mundiais haviam recorrido constantemente a práticas geopolíticas em resposta a um clima de ameaça permanente (Ó Tuathail, 2003) à segurança nacional, com o fim do mundo bipolar pairou uma generalizada sensação de insegurança que tornou dominante a tónica na segurança global (Dalby, 2002).

Progressivamente, à ideia de segurança territorial tradicional, aprisionada entre fronteiras cuja representação e legitimação das ações políticas se apoiava em profundas convicções ideológicas e propagandísticas, sobrepôs-se uma visão emancipada que favoreceu a interdisciplinaridade nas leituras da realidade internacional e respetivas redes de poder. Na prática, significou que cada relação social no mundo, dependente de materializações de espaço e de poder, passasse a ser analisada e interpretada em função do contexto e da perspectiva do geopolítico, logo subjetivamente.

Em suma, com a geopolítica crítica, as dinâmicas políticas decorrentes do conhecimento geopolítico passavam a ser reveladas tendo em conta múltiplas influências na perceção dos analistas, questionando a projeção de poder e respetivas práticas discursivas tradicionais. Simultaneamente, e considerando que as identidades nacionais absorviam, na sua génese, narrativas de segurança nacional, a geopolítica crítica debateu-se sobre a construção de fronteiras entre o espaço doméstico e as ameaças externas (o binómio bem e mal, nós ou eles, *insider* ou *outsider*, civilizado ou selvagem) (Gregory, 1994), avaliando de que forma os discursos de segurança, perante cenários favoráveis ou desfavoráveis, podem (ou devem) ser construídos para garantir a segurança internacional.

Da geopolítica crítica e da sua análise das narrativas internas, geradoras de consenso nacional em prol de uma motivação para a ação social coletiva que garanta a segurança (das fronteiras), espera-se uma verdadeira revolução na promoção da igualdade para todos e na libertação da rede de poder, *“não toma[ndo] as instituições e as relações sociais e de poder como garantidas mas levanta[ndo] questões sobre estas, sobre a sua origem e como e quando estão no processo de mudança histórica”* (Cox, 1981). O primeiro grande muro a derrubar deveria ser, aliás, o da narrativa discursiva masculina que secularmente fundamentou a partilha de espaço e suas relações intrínsecas de poder, porque *“quanto mais e melhor conhecermos criticamente o mundo menos difícil será mudá-lo”* (Mendes, 2019).

1.3. Teoria construtivista, segurança e redes de poder

Partindo das palavras de Will Kymlicka (2001), que considera que *“qualquer teoria política que não tenha nada a dizer sobre a justificação das fronteiras estará destinada ao fracasso”*, reconhecemos que, no atual compasso de indecisão conceptual, em que passaram a ser evidentes outros conflitos e inesperados desafios no panorama internacional (Castro, 2017b), se exigem novas soluções para uma nova ordem, perspetivando o aumento de alianças dada a interdependência entre os Estados.

Dos ensinamentos da Escola de Copenhaga e da perspetiva construtivista (Wendt, 2004) poderemos reter, precisamente, que a adoção de um conceito ampliado de segurança se expressa nas diversas tipologias de ameaças que se colocam à sobrevivência de um Estado, sendo que a forma como são enfrentadas é socialmente construída.

Ora, se segundo o construtivismo, *“os factos e a realidade são sempre uma construção intersubjetiva e social”*, não sendo possível *“explicar a existência de factos totalmente objetivos e exteriores às observações humanas”* (Mendes, 2019), compreendemos que Wendt (1992) tenha defendido, precisamente, o valor das ideias a par, senão mesmo acima, das capacidades materiais do Estado. Ou seja, não existem conceitos estáticos, antes conceitos socialmente construídos e interdependentes, sujeitos a uma análise intersubjetiva.

Tal significa que não basta que um Estado, enquanto entidade política, reivindique a autoridade e soberania no seu território, pois estas dependerão sempre do mútuo reconhecimento entre os atores do sistema internacional, uma vez que, enquanto seres sociais, não podem ser separados do contexto que os rodeia. Neste sentido, também a construção da identidade de um Estado dependerá da interação social entre estados, sendo que é deste processo interativo e contínuo que resulta a construção da ordem internacional (a designada *struturation theory* de Giddens, 1984).

Por sua vez, os conceitos de poder e de (in)segurança são também socialmente construídos, dado tratar-se de uma visão do mundo que se impõe sobre outra. Acresce o facto das normas e regras influenciarem, profundamente, a formação e perspetiva do decisor político, pelo que a capacidade moderada de diálogo interparadigmático da teoria construtivista, longe das dicotomias dos *“debates-batalha”* que a antecederam (mas nunca

isolada), favoreceu o seu posicionamento enquanto *bridge building* nas Relações Internacionais.

Este enquadramento afigura-se particularmente relevante quando analisada a necessidade de consolidação de uma escola de Relações Internacionais em Portugal. Apesar das influências multidisciplinares do passado e da inexistência prolongada de uma rede institucional capaz de unir académicos e especialistas em relações internacionais, o nosso país reúne hoje, face à sua evolução científica e condição geopolítica, capacidades para iniciar a produção de um pensamento original que venha a lançar a fundação de uma Escola Lusófona.

Partindo da perspetiva construtivista e dos crescentes desafios e necessidade de segurança cooperativa, impostos por uma conjuntura imprevisível que a pandemia veio agravar, a ideia de lançar uma Escola Lusófona, assente nos princípios do diálogo e da interpretação de conceitos socialmente construídos e interdependentes poder-se-ia revelar bastante produtiva no apoio à tomada de decisão estratégica. Recordando o que nos ensinou o Professor Adriano Moreira sobre a condição de Portugal enquanto Estado exógeno e exíguo (2011), esta *“exige ser enfrentada, não pelo fascínio da alienação na ciência e na técnica em que se apoia a teologia de mercado que tem sedes directoras em lonjuras, mas pela convicção de que no princípio era o verbo, isto é, os valores, a decisão, um conceito estratégico que acrescenta, à informação e ao saber, a sabedoria de mobilizar, para o desenvolvimento humano sustentado, esses recursos da informação e do saber.”*

Ao mesmo tempo, e considerando que uma avaliação geopolítica de Portugal num quadro político, económico, cultural e de segurança no seio da UE-NATO-CPLP poderia promover o debate de uma visão alternativa e multifacetada das causas de territorialização humana e do fenómeno de *fronteirização* (Houtum *et al.*, 2005), pretendemos com esta investigação demonstrar que as fronteiras são muito mais do que entidades fixas e estáveis, são construções humanas, historicamente contextualizadas, em que participam diversos fatores e agentes sociais. É, pois, nosso entendimento que tal contexto permitirá compreender o que motiva a espécie humana, de forma persistente, a demarcar o seu território, a querer manter uma construção sócio-espacial identitária, a não abdicar da

posição protetora de um espaço social que caracteriza as pessoas (Berger e Luckmann, 1967).

Assim, e dada a natureza do objeto de estudo proposto na dissertação, compreender-se-á a opção de recorrer ao enquadramento teórico do método construtivista na análise do estudo de caso de Portugal, sobretudo quando nos propomos refletir sobre uma nova visão da fronteira nacional, que ultrapassa o nosso território físico e cujos limites, social e culturalmente construídos, estarão na derradeira fronteira do nosso território espiritual.

Será, portanto, neste quadro conceptual que procuraremos validar a nossa hipótese, promovendo a conceção sócio-espacial de fronteira, não limitada ao mundo material, antes vocacionada para uma perceção ideológica e de construção social, o que certamente conseguirá ampliar o universo de análise que procuramos, demonstrando potencialidades ontológicas que enriqueçam substancialmente a conceção de fronteira à luz de uma teoria de Relações Internacionais, abrindo eventualmente caminho para o debate do potencial da Escola Lusófona.

CAPÍTULO II – CONCEPTUALIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS

2.1. Da territorialização aos limites dos grandes impérios

No princípio era a linha e foi esse o ensinamento da História, de que a ordem internacional sempre foi territorial, consagrando um acordo entre soberanias e um determinado espaço (Aron, 1986).

Durante milhares de anos, os primeiros grupos humanos não conheceram nenhuma barreira imposta às suas movimentações. Quer o *homo erectus*, quer o homem de Neanderthal empreenderam sucessivos movimentos migratórios, sendo a sua tendência nómada uma estratégia de sobrevivência imprescindível. Uma vez que a população humana do planeta era escassa, as sociedades nómadas apenas encontravam limites naturais à sua deslocação, progressivamente contornados e tendo como maior preocupação a satisfação de necessidades elementares perante um vasto território a explorar.

Foi, portanto, a partir da constituição das culturas sedentárias neolíticas que surgiu a primeira noção de limite de que há vestígios na História. Os povos passaram a ter uma necessidade imanente de pertencer a um solo (Burghardt, 1973), por eles cultivado, estabelecendo o seu próprio núcleo vital, e foi com esta fixação que surgiram os primeiros conflitos entre tribos vizinhas na disputa por um espaço apetecível. Era o início da delimitação territorial pela tribo (Moret e Davy, 1956), que teve na sua génese o isolamento, logo seguido de conflito, enquanto garantia de segurança.

A tribo foi, de facto, a primeira forma de organização política, com chefia permanente e uma autoridade de carácter coercitivo (um pequeno grupo de guerreiros notáveis, de bravos da tribo, reunidos em torno do mais forte, do mais hábil ou do mais prestigioso entre eles), preocupada com a defesa do seu núcleo vital e a delimitação do seu espaço, o que, na prática, resultou na necessidade de se estabelecerem e definirem os direitos de propriedade.

Daqui decorreu, em paralelo, uma outra transformação relevante: a passagem de um direito pessoal para um direito territorial. Se nos povos nómadas o direito era sempre pessoal, resultado do costume do clã a que se pertencia e transportado para onde quer

que fosse, sem pretender impô-lo a outros, com a integridade geográfica do território ocupado e o apego ao seu espaço, o direito evoluiu-se, transformando-se em territorial, aplicável a todos os que vêm a essa localidade.

Plantar a primeira semente significou, portanto, o início da repartição espacial, que o Antigo Testamento ilustrou, aliás, com a divisão da terra entre Abraão e Lot, ou seja, a agricultura como base da propriedade sobre as terras, da sua divisão e delimitação e, conseqüentemente, da sua exposição à agressão.

Compreende-se, por isso, que estas incipientes organizações políticas primitivas, cuja escassa população se agrupava em zonas favoráveis dos grandes espaços existentes, procurassem a sua segurança no isolamento. Tal refletiu-se na escolha de territórios de difícil penetração, protegidos por barreiras naturais (montanhas, orlas marítimas, grandes desertos e rios), resultando um sentimento de antagonismo marcante face a outros elementos estranhos ao grupo. Coube por isso à geografia impor e facilitar a emergência de fronteiras, que, pelas características enunciadas, foram inicialmente zonas desprovidas de contactos sociais, culturais e económicos, apenas cruzadas em caso de conflito bélico, o que em muito contribuiu para o enraizamento de certas particularidades identitárias (Grimson, 2003).

Da necessidade de proteção e estabelecimento dos primeiros limites, nasceu, ainda, a sociedade de classes, em que uns tinham como função social a produção e outros a de defesa. Tal relacionamento resultou de uma profunda transformação do primitivo regime da propriedade sobre as terras, que, pelo estabelecimento e manutenção dos seus limites, deixou de pertencer a quem as cultivava para passar para a mão de quem as defendesse (Zamora, 1946). Estabeleceu-se, também, um duplo sentido subjacente ao da existência de fronteiras – o ofensivo, intimamente relacionado com a propensão para o alargamento territorial; e o defensivo, em que se preservava a necessidade de conter uma potencial e presumível ameaça externa, especialmente de grupos limítrofes.

Das disputas e conflitos entre aldeias vizinhas delimitaram-se as primitivas circunscrições territoriais. Tal divisão tornou-se premente, por exemplo, para a organização da vida agrícola no Egipto, em que o faraó separou cada cidade da sua vizinha, dando-lhes a conhecer as suas respetivas fronteiras. Relativamente às suas relações com os povos

vizinhos, o vale do Nilo, separado do resto da Humanidade por defesas naturais (mares, desertos e cataratas), concedeu ao Egito um desenvolvimento singular ao nível da sua organização social e política, costumes, religião, arte e escrita, bem como proteção territorial contra invasões.

As vias de acesso, estreitas e limitadas, dificultavam as imigrações dos povos e os ataques dos invasores, que, forçados a percorrer grandes espaços áridos antes de alcançarem o vale, se viam expostos a grandes adversidades (Moret e Davy, 1956). No fundo, a concretização natural da procura de segurança pelo isolamento, que permitiu à organização do povo egípcio evitar, quase que naturalmente, aquilo que hoje se designaria por política exterior de agressão.

Ao longo dos séculos, para travar as espoliações dos nómadas e os movimentos migratórios, os egípcios souberam, para sua salvaguarda, traçar um plano, primeiro de defesa, e depois, de conquista. Assim, adotaram medidas defensivas nas suas fronteiras, concentrando aí pequenas guarnições, que, pelo alargamento da sua zona de vigilância, os levou a formar uma cintura de fortalezas. De forma ofensiva, e porque era a sua fronteira asiática a mais seriamente ameaçada, organizaram protetorados económicos, mas, como estes não eram suficientes para a sua proteção contra ataques e invasões prolongadas, decidiram-se pela ocupação militar dos países mais conflituosos. No fundo, uma política que refletia a ambição egípcia em constituir um reino unificado, sólido e protegido contra todos os ataques dos povos vizinhos, para quem o Egito se tornava uma presa apetecível, fascinante e geradora de grande cobiça.

Para além do reconhecimento da delimitação territorial egípcia e das suas primeiras políticas de defesa contra invasões, acresce referir que este foi um exemplo marcante da ambição de um grupo humano em criar um império, cujos esforços, embora tendo fracassado, acabariam por ceder lugar ao projeto imperial da cultura helénica e da *pax romana*, que, verdadeiramente, estabeleceram os primeiros limites imperiais.

No projeto grego, e graças à elaboração do original sistema político da cidade, durante os séculos VIII e III a.C. as regiões mediterrânicas da Europa passaram por uma particular evolução, em que Atenas se transformou no maior centro de difusão cultural. Na génese de tal transformação está o modelo da *polis*, a cidade-estado, uma organização

limitada, independente, com governo próprio, cuja emergência fora ditada pelas características geográficas (Glantz e Cohen, 1938).

A *polis* foi o princípio da política (Maltez, 1996), concentrando a ambivalência de uma dupla exigência, a de ser suficientemente grande para alcançar a satisfação das suas necessidades vitais e capacidade governativa; mas também pequena o suficiente de modo a permitir liberdade e participação. Ou seja, uma harmonia capaz de preservar a sua unidade. A Cidade-Estado de Atenas, que no seu apogeu não terá ultrapassado os 300 mil habitantes, foi sempre a maior de todas as *polis* gregas.

Deste modo, e contrariamente à redução habitual que se faz da noção de limite na Antiguidade, designada por *confins* – uma noção religiosa simples com forte carga simbólica e mágica, que reporta a um espaço desconhecido onde prevalece a ação dos deuses (Marchueta, 2000) –, os Gregos introduziram uma rutura no modo de representação do espaço (Foucher, 1986). De um espaço religioso, qualitativo, diferenciado e hierarquizado passou-se a um espaço homogéneo e reversível, de tipo geométrico.

Do pensamento social, político e científico dos Helenos nasceu a ideia de um espaço de cidade, organizado em torno de um centro e em que as correlações políticas se estabeleciam através das noções de similitude ou igualdade e não de domínio. A *polis* projetou-se num esquema espacial, sendo, portanto, composta por cidadãos e pelo seu território cívico. Sem querer contrariar as conceções democráticas por eles defendidas, à partida os únicos limites da Grécia antiga seriam os da defesa na orla de territórios estrangeiros ou bárbaros, onde foram construídos grandes muros, além de que, em caso de ameaça, existia sempre a hipótese de refúgio numa cidadela fortificada, conhecida como a *akrópolis*.

Estava deste modo enraizada entre os Gregos a conceção de luta contra a agressão estrangeira no seu solo, condição primordial para a manutenção da liberdade da cidade. Porém, a aplicabilidade de tais conceitos ultrapassaria a ameaça bárbara, especialmente devido ao desejo de hegemonia de Atenas que chocava particularmente com a oposição de Esparta, culminando com a Guerra do Peloponeso (Kagan, 2006). Por outras palavras, a fonte de união acabaria por resultar em desunião, sendo que a delimitação das áreas de influência se mostrou temporária e dependente das capacidades militares e económicas

das respetivas forças de ocupação, sujeitas às rivalidades entre cidades que souberam aperfeiçoar e alargar as suas fortificações. A confederação voluntária de todos os estados gregos tornara-se impraticável, podendo por isso dizer-se que na Grécia antiga as fronteiras foram de natureza móvel, encontrando-se "*polarizadas ao sabor das guerras de ocupação e do vai vem dos diferentes povos que a elas aderiram ou delas se afastaram*" (Marchueta, 2000).

No entanto, é interessante verificar a influência que o mundo helénico teve em toda uma vasta área geográfica, principalmente ao abrir caminho à conceção de um *oikuméné*, ou *mundo habitado*, compreendido como um todo, possuído em comum pelos homens civilizados, que falavam o "*grego internacional*", conhecido como *koiné*, língua comum.

Com o advento de Filipe II da Macedónia (359), que estendeu o seu domínio a toda a região, assistiu-se ao declínio da civilização grega, após a derrota dos exércitos atenienses e seus aliados. O seu projeto expansionista viria a ser finalizado pelo filho, Alexandre, homem de ambição ilimitada, que teve a capacidade de recolher dos mundos grego e egípcio os seus melhores elementos constitutivos: do primeiro, a inexaurível curiosidade intelectual, a versatilidade artística, a ousadia comercial; do segundo, a ideia imperial, o mecanismo administrativo e os meios económicos para se apoiar e expandir.

Para Alexandre, projetar e agir eram sinónimos e foi sob este efeito que retomou o projeto de levar a efeito uma guerra decisiva contra o inimigo persa. Das suas conquistas resultaram cidades (*idades de Alexandre*), onde instalava fortes guarnições macedónicas; e as suas sucessivas vitórias conduziram-no para além da Pérsia e até à Índia. Houve um alargamento do império, que se movimentou para a Ásia – estendendo-se do Adriático até ao Indo e das cataratas do Nilo até ao Cáucaso. Graças à difusão da língua e do pensamento gregos, as relações económicas entre a Europa e o Oriente desenvolveram-se, ao mesmo tempo que se assistia à introdução da ideia (oriental) de império universal no mundo europeu.

O império, que seria grego dada a educação dos seus mentores, pressupunha, no entanto, a intenção de Alexandre unir povos, não dominá-los. Apesar do legado do seu mestre Aristóteles, que o aconselhara a ser "*hegemon para os Gregos, mas déspota para os bárbaros*", Alexandre não pretendia estabelecer qualquer diferença entre vencedores e

vencidos. O seu plano era conquistar o mundo para o unificar, procurando fazer dele uma pátria comum – um mundo sem fronteiras.

Mas a morte de Alexandre significaria o declínio e conseqüente desmembramento do seu “império mundial”. Terminadas as conquistas, tratava-se agora de lhes dar unidade, o que implicava concretizar a vontade que sempre teve de se elevar acima dos preconceitos nacionais e trabalhar ao serviço da humanidade. Só que este império era a criação de um só homem. Unir um conjunto interminável de territórios, dispersos por três continentes e habitados por um mosaico heterogéneo de gentes e nações pouco aptas – principalmente a Ocidente – à integração num império “multinacional”, revelou-se uma tarefa impossível. As fronteiras do império acabariam por ruir.

2.2. *Urbs, limes, fines imperii*

O império romano prosseguiu com este projeto (Roberts, 1996), embora com nuances próprias, ao transformar-se no maior domínio do Ocidente, preservando o seu eixo vital no Mediterrâneo e expandindo-se amplamente pelo continente europeu. Foi um movimento com início no interior da própria Península Itálica, aquando da passagem do regime monárquico (753 a.C.-509 a.C.) ao regime republicano (509 a.C.-27 a.C.), tal como na Grécia. De simples povoado no conjunto de uma confederação dos povos do Lácio (a Liga Latina), Roma foi adquirindo preponderância sobre as restantes cidades latinas, afirmando-se de forma definitiva em 338 a.C., com a dissolução da Liga.

Ao tornar-se a cidade dominante em Itália e ao fazer-se acompanhar por um processo de estabilização das instituições, foi sob a *res publica* que Roma estendeu, em dois séculos, a dominação a todas as margens do Mediterrâneo (Jabouille, 1996), transformado assim num grande “*lago romano*”, no *mare nostrum*. Depois das guerras púnicas, para além da Itália, Sicília, Córsega, Sardenha e da costa espanhola, Cartago foi, definitivamente, anexada. A partir de 150 a.C., juntaram-se a Macedónia e a Grécia, conquistas de grande importância para a herança imperial e para a consciência da ideia de “governo do mundo” por Roma.

Enquanto prosseguia o impulso expansionista romano para locais mais longínquos – quer na Ásia Menor, quer na Gália, quer na África Nova –, a evolução interna da *urbs* conquistadora (Carpentier e Lebrun, 2002), cujo poder era confiado a um líder capaz de restabelecer a concórdia e a paz, ficou marcada pelas reformas iniciadas por Júlio César, numa tentativa de reforço do seu poder e concretizadas na sua nomeação como ditador vitalício. Até César poder-se-á afirmar que a essência da “revolução romana” se apoiou, essencialmente, num movimento de conquistas. E embora a origem do império tenha abrandado a expansão, foi possível dar ao imenso mundo conquistado por Roma aquilo que até aí lhe faltava – unidade (Luttwak, 1987).

Em 31 a.C., as fronteiras do mundo romano não eram ainda definitivas (Koch, 1930). Augusto, o primeiro imperador, foi confrontado com uma “crise de crescimento” dos territórios controlados, o que o levou a empenhar-se na sua consolidação, organização e defesa. Deste modo, reorganizou a administração e o exército, concluiu a conquista nas províncias gaulesas e ibéricas, que não estavam ainda inteiramente integradas no império, e tentou levar tão longe quanto possível as fronteiras na Europa, alcançando, para isso, zonas de defesa natural como o Reno e o Danúbio.

Foi, aliás, a questão do comando das tropas das províncias fronteiriças, onde se encontrava a maioria das legiões, que fez também de Augusto *imperator*. Este termo importa para a nossa análise, uma vez que, para além dos poderes judicial e legislativo que lhe cabiam, o comando dos exércitos – peça fundamental para a expansão e manutenção do império – denota a importância que a legião teve para assegurar as fronteiras sob a égide do *imperator*.

Embora não estivesse nos seus planos aumentar, através de conquistas, o seu vasto império, a verdade é que as constantes movimentações e pressões exercidas na fronteira norte obrigaram o imperador a desenvolver uma política bélica. O imperador viu-se forçado a tomar decisões relativamente a uma fronteira em movimento, criando várias fortalezas como *Castra Vetera*, *Colonia Agrippina*, *Maguntiacum*, *Augusta Rauracorum*, *Augusta Vindelicorum*, *Castra Batavorum*, *Vindobona*. Após Augusto, as legiões romanas dominaram ainda a Mauritânia e a Bretanha, onde mais tarde Adriano mandaria construir, na fronteira com a Escócia, a famosa muralha a que deu o seu nome.

Com Trajano atinge-se a dimensão máxima do Império, que, no final do século IV, abrangia o imenso território dos confins da Escócia até ao Mar Vermelho – a Oeste compreendia a Bretanha, a Gália e a Península Ibérica; a Norte estabeleceu os referidos limites nas margens do Reno e do Danúbio, que ultrapassou para ocupar a Dácia; a Leste, a Fenícia e a Palestina; e a Sul, uma longa e larga faixa costeira, que ia do Nilo ao Oceano Atlântico. Roma era cidade e tornara-se um império (Tavares, 1988), na verdade, o mais vasto, majestoso e duradouro que a história do Ocidente conheceu.

Nesta enorme área, que abrangia parte de três continentes, variavam não só as condições geográficas, climáticas e agrícolas, como também humanas. O império era, antes de mais, uma comunidade mediterrânica, que tinha no grande mar interior o elemento geográfico caracterizante e a máxima via de comunicação. Por todo o império foram, no entanto, construídas outras vias de comunicação: as famosas estradas retas, meticulosamente traçadas e muito eficientes nos contactos a longa distância, propícias aos fins militares. Dada a importância crescente das regiões fronteiriças na vida do império, estas grandes correntes de circulação deslocaram-se, tendencialmente, para as suas regiões setentrionais, no sector reno-danubiano. Foi através delas que um dos grandes pilares do império se movimentou, demonstrando a sua solidez, disciplina, treino e organização – as legiões romanas, o elemento basilar na defesa das fronteiras do império e que, em muitos casos, foi o próprio *limes* romano.

Para Roma, a questão da defesa do império tornou-se uma necessidade premente e constante para a sua manutenção. Se a força das armas foi um elemento primordial do poder e da segurança imperiais, também o inovador sistema defensivo, baseado em *limes*, denotou a grande estratégia empreendedora promovida durante todo o domínio romano.

Michel Foucher (1986) referiu-se precisamente à influência deste sistema defensivo, que “*marcou profundamente as consciências*” (Walser, 1979), chamando a atenção para a forma como o *limes* do Reno afetou, permanentemente, a história da Europa pela sua divisão dos povos germânicos e de como estaria na origem da ideologia de fronteira natural.

A noção de fronteira entre os romanos foi, portanto, a de *limes*, uma linha mais ou menos flexível, que durante o império e perante a conjuntura sofreu alterações.

Inicialmente acompanhando o movimento expansionista do império, a sua natureza apresentava características ofensivas, caminhando ao sabor da marcha das legiões. A fixação das fronteiras imperiais dependia, por um lado, da capacidade de resistência das forças armadas, e, por outro, de infraestruturas de apoio, como estradas, fortes, guarnições, muralhas, que separavam a civilização da barbárie – a ordem da desordem (“*nós dos outros*”).

César foi o primeiro a utilizar a técnica da fortificação linear, através da edificação de um *murus* de 19 mil passos (28,1 km) de extensão e de 16 pés (4,6 m) de altura, com postos de guarda (*praesidia*) que impedissem invasões. Contudo, a origem do *limes* ficou a dever-se à necessidade concreta de distinguir limite de domínio, condição inevitável para estabilizar o império e garantir a sua unidade.

Na Germânia, por exemplo, o *limes* era, ao longo de 550 km, uma estrada com mil torres de vigia, rampas e estacas com três metros de altura, isto é, uma estrada fortificada para a ligação Reno-Danúbio, com reservas móveis na retaguarda para duplicar a capacidade de resistência. Por sua vez, na Bretanha, foram erguidos *limes* fechados, como o Muro de Adriano, com 117 km, de modo a reprimir eventuais agressões. No entanto, apesar do propósito estratégico da muralha de Adriano, enquanto linha fronteiriça patrulhada e reforçada por uma zona militar de ocupação, para controlar os povos beligerantes do Norte e do Sul, a presença de instalações civis atesta também o desejo de pacificar toda a região e de controlar o comércio com as tribos independentes. Já o *limes* da África do Norte foi, durante muito tempo, um *limes* de penetração. Não obstante a evidência dada a secções de fortificações lineares (o *Fossatum Africae*), o seu perfil era descontínuo, quer ao nível do tipo de obras militares, quer das funções administrativas e económicas.

Ora, desta unidade e diversidade de *limes* resultou, podemos dizer, a classificação de fronteira natural (Reno, Danúbio e, mais tarde, Eufrates) e de fronteira artificial (muralhas de Trajano e de Adriano). Na sua essência, foi uma linha de vigilância e um dispositivo de alerta com um duplo papel – militar e de controlo aduaneiro –, separando, claramente, Roma dos povos bárbaros. A grande evolução do sistema defensivo romano deu-se com a transformação gradual de unidades de legiões móveis em unidades fixas, ou

seja, com a passagem de uma fronteira móvel, dinâmica e expansionista, para uma fronteira estática e durável.

Com a expansão imperial nasceu a ambição de delimitar fronteiras lineares, ao mesmo tempo que a proteção cultural se assumiu como necessidade básica para a conservação do *status quo* de paz. Paralelamente, o esforço contínuo da sociedade romana, para adequar as suas estruturas aos diversos teatros de operações, fez com que as leis se organizassem política e juridicamente, respondendo com prontidão às novas exigências imperiais.

Se a civilização grega fora a do *logos* – em que reinava o subtil e o especulativo e em que a questão política se tornara uma questão filosófica (Maltez, 1996) –, a civilização romana foi a da regra, do *jus*, do universo preciso, metuculoso e organizado, mas suficientemente abstrato para permitir generalizações aplicáveis da Bretanha à Síria. Assim, apesar de centralizado, hierarquizado e militarmente organizado, o império soube preservar as liberdades republicanas, garantindo a cidadania romana. Estava em causa o *civis romanus sum*, que durante três séculos transformou italianos, gauleses, hispânicos, germanos, gregos ou egípcios apenas em cidadãos romanos, conceção esta enraizada numa ideologia imperial.

Justificam-se as palavras proferidas por Otto Hintze (1973), especialmente quando se referiu ao projeto cultural como base da construção imperial, reconhecendo dinamismo e mobilidade constantes. O mesmo acontece com a construção de uma política original, dotada de utilização própria do território. No fundo, aquilo que a espada conquistara, a lei e a civilização unificaram.

Num imenso império dividido em quarenta e cinco províncias, e em que sobressaíam as diferenças raciais entre os seus milhões de habitantes, a sua manutenção e unidade dependeram da tríade Lei-Legião-Língua. Dela resultou um sentimento de segurança e de ordem no seio do império, que tanto favoreceu os cidadãos romanos, como beneficiou a extensão da *Pax Romana*, a paz imperial que afastava a ameaça da incursão bárbara ou da luta internacional. Dentro das fronteiras do império ambicionava-se ordem e paz, em contraposição à desordem, caos e conflito que se afirmava para além dos *fines imperii*.

Como explicou José Adelino Maltez (1996), o imperador “transformou a ideia de kosmos nesse grandioso instrumento político-jurídico a que se chamou direito romano que deu corpo à sublimação da polis numa civitas maxima, permitindo que Roma passasse de urbs a orbs, de civitas a imperium». E foi através desta ordem ecuménica que se conseguiu garantir, individualmente, a justiça e a segurança, contornando a anterior luta de todos contra todos, o culminar de um projeto de *romanização* do mundo em que Roma fizera do globo uma única cidade.

Todavia, o dispositivo romano de segurança nas fronteiras e, conseqüentemente, a sobrevivência do império passaram a depender demasiado da cristianização, militarização e burocratização, mas com legiões cada vez mais escassas. Constantino, que tomou a decisão de confiar a defesa do império a um exército de campanha, cujos oficiais eram recrutados entre os Germanos, acabaria por enfraquecer o *limes*, cenário que favoreceu as futuras invasões, que, a partir de 352, começariam a apagar os limites imperiais. Os esforços iniciais para preservar o *co-imperium* viriam a ceder, perante a linha divisória entre duas entidades com destinos diferentes: um império do Oriente (o Império Bizantino), que subsistiu até 1453 e perpetuou as instituições romanas; e um império do Ocidente, que durou menos de um século, ruindo em 476 sob o avanço bárbaro.

2.3. Reflexões sobre a natureza das fronteiras territoriais do Estado

Para a análise da geopolítica das fronteiras, o estudo até aqui realizado afigura-se relevante na medida em que o conceito de império universal é uma das chaves da história da Europa e do mundo (Del Sarto, 2016), pelo que importa compreender que a forma como as fronteiras evoluíram influenciou a consciência dos seus povos.

Da análise da ambigüidade do legado imperial, Hintze (1973) concluiu que o Império se opõe ao Estado, relacionando-o com o espaço cultural e o estado com o território, procurando distinguir o carácter extensivo do controlo exercido por um e a natureza intensiva do controlo realizado pelo outro. Hintze levantou ainda a pertinente questão de o projeto cultural estar na base da construção imperial, parecendo-lhe ser pouco

compatível com o princípio da territorialidade, uma vez que pressupunha extensão, irradiação e difusão, conceitos aparentemente rebeldes a quaisquer limites.

Na verdade, a única identidade reconhecida pelo império é a de uma cultura que ele próprio promove e pretende universalizar. Nas suas terras aceitam-se minorias, desde que estas não reivindiquem qualquer separatismo territorial. O império é dinâmico e móvel, reconhecendo-se, com muita dificuldade, nos princípios de fixidez e de soberania territoriais, renegando a qualidade de *parte do sistema*, para se autoproclamar, antes, como um sistema em si.

Da flexibilidade territorial nasceu um modo de reorganização perpétua da sua vida política interna. O império revelou-se uma construção política original, dotada de utilização própria do território, que se distinguiu do Estado-Nação ao opor as virtudes da unicidade, da fixidez e da fronteira às da multiplicidade, da flexibilidade e do *limes* (Goblet, 1955), transformando-se num lugar de irradiação e de civilização.

Tal como vimos, das divisões territoriais originárias dos movimentos de fixação resultou um primeiro grupo de fronteiras, as *settlement frontiers* (Prescott, 1987), estabelecidas por grupos humanos guiados, essencialmente, por leis naturais. Perante os obstáculos geográficos, o homem escolheu sempre o caminho mais fácil, aproveitando-se das barreiras naturais (Fawcett, 1921) e fixando os limites do seu território de acordo com as condições fornecidas pela natureza. Ao alargar o seu espaço, assistiu-se ao desenvolvimento de regiões antropogeográficas e ao aperfeiçoamento das entidades políticas, o que restringiu a zona de fronteira primitiva à linha (Maull, 1928) e implicou um dinamismo manifestado pelas expressões vitais dos povos vizinhos, urgindo a determinação das respetivas jurisdições, alcançadas com o estabelecimento de limites concretos, diríamos que de influência.

Assim nasciam as fronteiras artificiais, cuja origem dependeu de uma complexa mistura de raça, língua, comércio, religião e guerra. Da ambição de proteger os seus limites das agressões externas, as primeiras fronteiras artificiais, construídas pelo homem, surgiram sob a forma de *fronteiras-barreiras* sendo as mais vulgares cercas, barricadas, fortificações ou muralhas (com propósitos defensivos) e estradas, canais ou fossos (com uma função de delimitação).

Mas com o desenvolvimento de uma cultura superior nos originais núcleos geohistóricos, a verdadeira fronteira com adequadas funções de proteção evidencia-se através dos exemplos de fortificação que já estudámos, num claro sentido de separar amigos de inimigos, realidades socialmente construídas. Um dos exemplos mais paradigmáticos é precisamente a Grande Muralha da China, um limite que simultaneamente procurou a proteção do caos exterior e a manutenção da união interna do império.

Um outro antigo conceito de fronteira foi o de zona neutral – o *no man's land* (Ratzel, 1988). Entre os territórios compactos de um povo, desenvolveram-se, frequentemente, largas faixas de transição, que, nesta fase primordial, foram um solo neutro da região fronteira. A fronteira de separação numa área de contacto assumiu várias formas: ou um pedaço de território desabitado ou devastado, ou uma área incerta entre territórios rivais, ou, ainda, um limite territorial defendido por uma parte, embora exposto às ofensivas de uma outra.

Daqui partiria a moderna conceção de um território, um estado ou uma zona deliberadamente neutras, preservando-se o seu objetivo de barreira neutral – enquanto zona de separação entre dois poderes opostos, cujo contacto possa causar colisão –, mas procurando-se alterar o *modus operandi*, recorrendo-se, para tal, a convenções diplomáticas, apoiadas em sanções aplicáveis à luz do Direito Internacional.

Isto significa que, independentemente das formas e tipos, a natureza de uma fronteira surgiu associada ao conceito de movimentação, que gera confronto. Ratzel (1899) abordou esta questão do movimento, considerando que onde a expansão de uma forma de vida pára se situa a sua fronteira. Vimos que a origem dos territórios parece ter tido como base esta justificação, isto é, surgiram do movimento que é próprio de tudo o que vive, parando quer diante do esmorecimento das condições geográficas, quer perante a resistência de um movimento, vindo de um outro ponto e com o qual embate.

Perante esta visão, a fronteira era entendida como a periferia de um povo, favorecida pelas suas características naturais, ou, na ausência destas, marcada no solo. Mas era também alterável em conformidade com a sua essência, sujeita a modificações constantes, dependendo do movimento de avanço ou de recuo do seu povo. Partindo desta conceção,

podemos falar de uma fronteira em movimento, viva e dependente de uma alteração das condições de vida, no sentido vantajoso ou da força ou da direção deste movimento, que, assim, permitia aos territórios adquirirem uma nova possibilidade de expansão. Uma expansão que, para alguns, ganhou renovada vocação imperial.

Na verdade, divididos entre uma realidade de conjuntos territoriais permanentemente ameaçados pela deslocação interna e pela invasão, alguns homens viram na movimentação e no alargamento dos seus espaços uma possível solução para os seus problemas e uma provável forma de concretização de um sonho universalista – a ambição de serem o próprio mundo, que tem subjacente a ideia de formação de uma fronteira imperial.

Durante séculos, os impérios consideraram-se o centro do universo, sendo que o espaço, para além das suas províncias fronteiriças, era definido como um mundo semirreal ou uma geografia mitológica de infernos ou de paraísos. Partindo de sociedades pouco extensas, a sua formação desencadeou-se sempre de um processo de aglutinação, que, ao ganhar extensão, passou a controlar um território heterogéneo, constituído por um mosaico de povos, um entrelaçado de línguas e de religiões e uma sobreposição de áreas políticas, ideológicas e económicas.

Por outro lado, dos modestos territórios onde se fixou a tribo às regiões que fundaram impérios – muitas delas anexadas, outras devastadas para sempre –, houve, desde logo, uma demonstração clara da vulnerabilidade nas fronteiras. Por um lado, a natureza não oferecia um leque suficientemente alargado de tipos favoráveis de barreiras que satisfizessem as necessidades de todos e, por outro, a delimitação e imposição das fronteiras artificiais dependiam do poder interno que se ia desenvolvendo dentro cada um dos territórios.

Entende-se, portanto, que uma região mais poderosa suportasse, sem problemas, fronteiras vulneráveis, contrariamente àquelas que, por serem mais fracas, acabariam por sucumbir perante tal adversidade. Ou seja, a consolidação das fronteiras não resultou somente da sua natureza, mas, sobretudo, das demonstrações de poder dos territórios mais desenvolvidos e, assim, com propensão para uma movimentação assimiladora, capaz de formar um império.

Kjellén (1923), que defendeu a perspetiva do Estado enquanto forma de vida, debruçou-se, igualmente, sobre o estudo deste enquanto império, apresentando algumas conclusões interessantes. Em primeiro lugar, afirma que os Estados não abandonam a sua posição territorial, pois é nela que reside a sua fonte de poder, ou seja, há uma ligação intrínseca ao seu território que o torna num *servo* seu. Ao expandirem-se, os Estados apenas demonstram a sua elasticidade, que não depende de uma deslocação, mas antes do seu crescimento, independentemente se têm como objetivo uma melhor ocupação do seu espaço natural, ou se vão além desse espaço, porque, em regra, quando o movimento expansionista é eliminado há um recolhimento no seu espaço natural. Assim, e de acordo com a teoria da vinculação territorial, todos os Estados têm um núcleo territorial fixo, para todo o sempre, do qual não se podem separar sob pena de sucumbir.

A preservação da integridade territorial é, de facto, uma das principais preocupações, tendo nascido entre os povos após um longo período de convivência do território com o Estado, e que assim se aperceberam do valor daquele para a sobrevivência deste. Ora esta dependência torna-se tão evidente, que os próprios Estados acabaram por aceitar melhor a perda de indivíduos do que de território. Por outras palavras, o Estado mostra-se mais solidário com o território do que com a população, até porque é mais do que mera propriedade – faz parte da sua personalidade, é, sob uma determinada perspetiva, o próprio Estado. As lutas pelo espaço são resultado desta relação, aquilo que Kjellén denominaria como uma *“tendência do Estado em transformar-se numa área orgânica”*, que procura alargar-se preservando a sua identidade.

Compreende-se, por isso, que, à medida que a terra se foi organizando e dividindo, o espaço procurou assumir a forma de grandes Estados, dificultando, por isso, a sobrevivência dos pequenos, fator gerador de grandes inquietudes. Graças à elasticidade, a dimensão e a uniformidade dos grandes espaços impulsionaram, por si só, a expansão política, o que gerou a promoção da contemplação do infinito e estimulou a conquista.

Em suma, o local de fixação dos Estados pesa nas distinções entre eles, mas, sobretudo, nas suas decisões territoriais, especialmente na fixação de uma fronteira defensiva, para ele sagrada. Por outro lado, a sua energia e vitalidade, movidas por impulsos orgânicos, que, perante um espaço limitado, têm como imperativo categórico

alargar o seu território através da anexação ou conquista de diversos tipos, manifestavam-se, essencialmente, nas suas relações exteriores, em que imperavam as leis da sobrevivência e da concorrência e, especialmente, quando os seus interesses vitais estavam sob ameaça. É o exemplo de uma fronteira em movimento que, na pior das hipóteses, pode levar à compressão, verificando-se que a delimitação territorial parece ter sido resultado de uma acumulação de antagonismos, espacialmente identificáveis.

Foi o caso do fenómeno das grandes movimentações iniciado durante o Velho Mundo e que influenciou, profundamente, a situação das fronteiras na Europa. Se, inicialmente, a aceitação do avanço do mundo bárbaro dependera das necessidades de defesa do império (fortalecimento das legiões), a atração pelas riquezas do império motivou às principais *völkerwanderung*, resultantes da pressão dos Germanos, dos Eslavos, dos Muçulmanos, dos Vikings e dos Húngaros (Carpentier e Lebrun, 2002), das quais resultaram profundas alterações ao nível da ordem política.

Dentro do império formara-se uma sociedade civilizada e rica; do lado de fora as incursões das tribos bárbaras eram permanentes e insustentáveis. Foi o tempo da desfragmentação e da conseqüente constituição de novas fronteiras, movida por povos que não reconheciam o valor do estático e se agrupavam, espacial e temporalmente, em formações móveis, influenciando cada região que dominassem, embora em moldes diferentes, consoante o maior ou menor apego à romanidade que cada uma delas herdara.

2.4. Impérios, desfragmentação e constrangimentos fronteiriços

Perante a mobilidade de povos, o conseqüente aniquilamento do sentido de Estado e a conceção feudal dominante, parecem não ter existido constrangimentos fronteiriços durante a Idade Média. Aliás, pensa-se que a época terá sido de extrema fluidez de fronteiras, instigando à desfragmentação de um espaço outrora imperial.

Rudolf Kjellén (1923), que também se debruçou sobre este assunto, reconheceu que *“a Idade Média na Europa Ocidental [foi] caracterizada por um novo modelo territorial, completamente oposto ao que o antecedeu, observando-se que o conceito de Estado desaparece[ra] totalmente. A economia de subsistência, aliada ao mau estado das ligações,*

favoreceu o aparecimento de monarquias nómadas que ocupavam domínios e não tinham residência fixa nas principais cidades, [sendo que] nenhum rei ou imperador nómada da atualidade pode[ria] comparar-se com Carlos, o Grande que, segundo os cálculos de Lamprecht, cavalgou mais de doze mil milhas suecas durante o seu reinado.”

Tais movimentações permitiram que uma grande mobilidade de povos e de fronteiras fizesse com que “*as terras dos confins naturais [fossem] assumidas como um desígnio político e moral de expansionismo*” (Marchueta, 2000), o que significou que, em território europeu, se pôde circular “livremente”, perante uma espécie de fronteira universal e móvel, de natureza tendencialmente expansionista.

Apesar de ter fundado o *renovatio imperii*, unificando uma ampla parte do continente e procurando fazer rejuvenescer o império romano do ocidente (apoiado no novo eixo Aix-la-Chapelle–Roma), Carlos Magno e o seu legado acabariam por não resistir aos ataques, às divergências internas e às novas *völkerwanderung* do *segundo assalto à Europa Cristã* (Musset, 1982). Segundo Jacques Heers (1977), o império carolíngio sucumbiu perante a debilidade da ideologia imperial (que funcionava quase em circuito fechado), a falta de um sistema defensivo comum e flexível, a ausência de praças-fortes e um clima de terror que aniquilou qualquer resistência. Compreende-se, por isso que, depois da partilha de Verdun (843) e da conseqüente coexistência de Estados independentes, o famoso sistema de marcas, entendidas como territórios fronteiriços do império, tenha acabado por consagrar a repartição territorial.

Contudo, a relevância do referido eixo persistiu e, durante séculos, transformou-se na coluna dorsal do Ocidente, assumindo novos contornos com Otão I, fundador do Sacro Império Romano-Germânico, o maior princípio organizador e a mais importante instituição política do ocidente cristão até Napoleão. A ideia imperial, que continuava a ser uma realidade viva no plano espiritual e moral, foi renovada, estabelecendo limites territoriais a povos e Estados, que ainda hoje permanecem. Mas nem a recomposição da Europa Ocidental através da *restauração do império* superou o grande problema da sua manutenção, associado à posterior rutura das Igrejas do Ocidente e do Oriente e à longa querela entre o Sacerdócio e o Império.

A partir do ano mil, estabeleceu-se definitivamente uma fronteira, bem delineada, mas desta feita com carácter espiritual: do lado oeste da linha Dniepre-Grodno-Halycz ficaria estabelecida a *respublica christiana romana*, a leste estava o *oikouméne* bizantino. Estavam lançadas as bases para o Grande Cisma, para a grande fronteira religiosa, registado no início da segunda metade do século XII e que se prolongou até aos nossos dias. Quando em 1453 o Império Bizantino caiu perante as mãos dos Otomanos, a marca da zona de interface entre a Europa e a Ásia ficaria evidente.

Pela primeira vez, a palavra Europa passa a ser mencionada no ocidente como referência política e não como mero termo geográfico (Soulier, 1997). Traçava-se uma nova fronteira: a que opunha o sul greco-romano civilizado ao norte bárbaro esbatera-se, para ceder lugar à divisão entre o Ocidente e o Oriente.

A relevância desta análise justifica-se para melhor entender a génese da matriz civilizacional no continente europeu, que como se percebe resultou de tradicionais fatores de poder na luta pela preservação de espaço – *a sensação de unidade pelo confronto* –, mas também marcada por uma relação socio espacial dos povos que nele foram habitando. No fundo, avanços ou constrangimentos fronteiriços cuja matriz identitária não foi estática, tendo resultado de processos convergentes ou divergentes, mas que entendemos terem sido socialmente construídos, uma vez mais pela perspetiva de *nós e os outros*, os de *dentro e os de fora*. A língua, cultura, defesa, ordem foram fatores de unidade e coesão políticas, tal como o foram a perceção e a imagem (socialmente construídas) do outro. A origem da fronteira do preconceito.

Face ao vazio de poder que resultou da queda dos impérios, a organização local, sustentada em pactos formais ou informais, tentava promover as questões de segurança como prioritárias, ainda que muitas vezes baseadas em critérios de lealdade pessoal ou códigos de conduta. O movimento da Reconquista e o papel das Cruzadas acabariam por despertar a noção de Estado, muito embora a ausência de mapas e de exatas representações territoriais, aliadas ao feudalismo, tenham ora limitado o sentido da territorialidade, ora diluído a noção de fronteira (Marchueta, 2002).

Acresce que a consolidação territorial e a delimitação de novas fronteiras iam sendo alimentadas numa lógica de solidariedade familiar, em que o alargamento do espaço não

se circunscrevia à proximidade geográfica, antes à reivindicação hereditária que favoreceu o clima de guerra prolongado. Foi disto exemplo marcante a Casa de Habsburgo, cuja extensão da sua *“fronteira de sangue”* incluía territórios descontínuos por grande parte da Europa. A lealdade a uma causa ou a um senhor era, naquela época, mais relevante do que a lealdade ao país, sendo que a estratégia de consolidação dos espaços vazios (de ordem e de jurisdição) valia, naquela época, o estatuto de posse a quem conquistasse território, percepção que esteve precisamente na origem da Guerra dos Cem Anos e cujo maior legado acabaria por ser o aparecimento de um sentimento nacionalista (ou da fronteira da intolerância).

Desta evolução das consciências nacionais, a par da ambição de poder dos líderes políticos no reforço das suas posições, surgiria a vontade de libertação de um Papa distante, emancipando as ideias racionalizadas face à doutrina religiosa que imperava e reduzindo a origem dos conflitos a guerras religiosas, de que foi exemplo marcante a Guerra dos Trinta Anos. Uma guerra sangrenta, cuja motivação inicial rapidamente ganhou outros contornos, envolvendo países com interesses hegemónicos que levariam ao colapso da universalidade religiosa, abrindo caminho para uma nova ordem – a Ordem da Razão de Estado que adotou como princípio de funcionamento o equilíbrio de poder.

Com o Tratado de Vestefália (1648), que encerrou esta confrontação e reconheceu a figura do Estado independente (com fronteiras rígidas entre eles), terminava o sonho de Monarquia Universal e do significado político do conceito de Cristandade. A era da soberania dos Estados pressupunha, como recordou o Professor Adriano Moreira (2002), que a política de equilíbrio garantisse a independência e sobrevivência dos Estados, impedisse o domínio de qualquer Estado e salvaguardasse o próprio sistema, por outras palavras, era a *“política conservadora do sistema, obviamente contrariada sempre por qualquer Estado revisionista ou animado de um projeto de expansão”*.

Este foi, aliás, o mesmo princípio do Congresso de Viena em 1815 para restaurar a ordem, vencidas as ambições napoleónicas, podendo dizer-se que até 1870 a Europa ficou marcada por uma multipolaridade flexível. Como explicou Alexandre Franco de Sá (2017), *“na Europa moderna, a comunidade de Estados soberanos, separados e articulados entre si através de fronteiras, isto é, através de limites reconhecidos e inteiramente visíveis,*

formou uma estrutura complexa de relações a que se chamou o jus publicum Europaeum. (...) um espaço formado por uma multiplicidade de espaços políticos fechados, vedados a intervenções estranhas e relacionados através da observação de regras comuns; (...) um espaço político essencialmente fechado que, em função do seu encerramento sobre si mesmo, se vai uniformizando internamente.” No fundo, reconhecendo que Estado, fronteira e soberania são conceitos indissociáveis.

CAPÍTULO III – MUNDO SEM FRONTEIRAS OU MUNDO SEM LIMITES?

3.1. O caminho para a fronteira da Paz

Como vimos, cada nação aprendeu a delinear a sua política externa num mundo fechado sobre si mesmo, mas, em breve, a análise do seu próprio poder deixaria de depender apenas de fatores estáveis e variáveis que caracterizavam a sua esfera interna, para passar a considerar a interação de todos os produtos, que vão desde o próprio sentido de espaço até à capacidade de concretizar os seus interesses nacionais, seja através de instrumentos pacíficos, seja através de instrumentos violentos.

A partir do século XX, a luta pelo espaço deixou de ser apenas uma luta pelas fronteiras geográficas, uma vez que também estas ganharam novos conteúdos e novas definições (Anderson, 1997). A questão da soberania nacional do Estado deixou de depender, apenas, da grandeza e situação geográfica das suas terras, passando a contar com a força militar, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade económica. Durante a Primeira Guerra Mundial, os EUA correram em auxílio dos Aliados, restaurando a balança na Europa e na Ásia e restabelecendo a segurança mundial. Essa oportunidade foi oferecida por Woodrow Wilson, sendo que o Tratado de Versalhes representou a base moral e legal para uma participação indispensável nas lutas de poder.

Após a Segunda Guerra Mundial, deparámo-nos com uma nova paz. O equilíbrio de poderes no continente euroasiático foi um dos objetivos pelo qual se lutou afincadamente e, progressivamente, o espaço geopolítico internacional alterava-se, difundindo um projeto de mundialismo que pretendia reduzir toda a superfície da Terra a um Grande Espaço único, a um mundo sem fronteiras. Tal significou que a introdução na geopolítica de grandes extensões territoriais, associadas a uma única identidade, acabariam por implicar a desvalorização da enorme diversidade e especificidade geográfica das diferentes áreas no mundo, transformando a heterogeneidade geográfica numa homogeneidade geopolítica.

Acreditando que a geografia, ou estava na base da estratégia da paz, ou se tornava colaboradora na estratégia da guerra, Halford Mackinder já havia procurado exercer a sua influência nos participantes da Conferência de Paz de Paris (1919-1920), através do seu

artigo “*Globo terrestre e consecução da paz*” (1943), onde identificou claramente o centro continental com a URSS e apresentou uma alternativa à democracia ocidental (1981) que contrariasse o poderio do *heartland* – a concepção do atlantismo setentrional.

Considerando que os contornos do *heartland* coincidiram, em geral, com as fronteiras do Império Russo e mais tarde da URSS, podemos afirmar que a análise da importância da região para a prossecução da paz mundial se reveste de atualidade, particularmente se tivermos em conta que a presente situação de indefinição, contradições e confrontos na região parece indicar que a concepção do centro continental e o seu papel estratégico não se esgotaram.

Por sua vez, e retomando os ensinamentos de Nicholas Spykman na sua obra *The Geography of the Peace* (1944), onde realçou o esforço excepcional e persistente das grandes potências para a prossecução do poder político e consequentemente da paz, a grande zona de fronteira do conflito seria o *rimland*.

O facto de a Europa ser uma região povoada de nacionalismos aguerridos não seria suplantado radicalmente pelo advento da paz. De igual modo, tanto no Oceano Índico como nas zonas mais a Leste do litoral da Eurásia, o crescimento do nacionalismo e extensões resultantes do confronto de Estados nacionais, teria uma relevância enorme, denotando a importância do *rimland* no cenário internacional.

Definindo-se como *zona, cintura, faixa fronteira, o rimland* é também uma região cultural complexa e rica, de desenvolvimento ativo e dinâmico influenciado pelo elemento marítimo, constantemente pressionado pela massa continental que o obriga a estruturar a energia. Não se trata, por isso, de um objeto da história ou de um meio intermédio e transitório, onde decorre a reação de dois impulsos na competição pelo domínio de uma simples posição estratégica.

O *rimland* é uma realidade muito complexa que tem tido uma lógica, destino e vontade histórica próprios e que, na sua formulação, incorporava o litoral sul da Eurásia, o subcontinente indiano e o extremo oriente, palco de várias disputas entre as potências marítima e continental, que sempre manifestaram o propósito de controlar uma zona entendida com poder suficiente para alterar o equilíbrio de forças existente e o domínio do mundo.

Compreende-se, por isso, que para evitar que o centro de poder do hemisfério ocidental fosse assegurado por uma combinação do potencial da Eurásia (Kenan, 1947), o objetivo político predominante dos Estados Unidos da América, tanto em guerra como em paz, tenha sido delineado sob a orientação teórica norte-americana no sentido de evitar a unificação dos centros de poder do velho mundo (Waltz, 1993), que ainda hoje constituem zonas de combate e continuam a indicar as áreas estratégicas para a organização da paz. Dominar o *rimland* passou a ser uma prioridade relativamente ao domínio da Eurásia, até porque tem sido o relacionamento pacífico entre os fatores de poder nestas regiões que tem garantido uma certa forma de segurança mundial.

Face a este enquadramento, os renovados propósitos de uma NATO sem limites geográficos colmataram essa materialização desde o desaparecimento do muro de Berlim, num campo de ação para leste, através de constantes tentativas de *roll-back* junto da linha de fronteira tradicionalmente conhecida como de vizinhança próxima. A lógica seria a de uma organização mundial onde a segurança coletiva substituiria a competição militar e em que os direitos dos povos passariam a ser respeitados.

De facto, no termo das duas guerras mundiais gerou-se a esperança de uma paz duradoura, de uma nova ordem capaz de permitir a autodeterminação dos povos, sob a égide do direito internacional. Foi, aliás, nesse quadro que a ideia de uma Europa unida e sem fronteiras viria a vingar, materializada, pelo Acordo de Schengen, naquela que será a maior fronteira da história alcançada sem a imposição do domínio pela força.

Mas a ordem, por si só, estava longe de ser nova e mundial, uma vez que, na prática, foi incapaz de estender, de igual forma, todos os princípios importados da democracia, ou, mais ainda, universalizar, efetivamente, o respeito pelos Direitos Humanos. Uma nova ordem, deflagrada pela disparidade tecnológica e económica, que se exhibe num cenário geopolítico e geoestratégico diferente, com uma arquitetura geoeconómica distinta baseada na realidade multipolar e assente em agrupamentos regionais que cooperam e concorrem entre si (Romana, 2016b), mas ainda longe de encontrar a solução para os graves problemas mundiais.

Na verdade, o fim da Guerra Fria, longe de assinalar o fim da História tal como Fukuyama (1999) o defendeu, abriu uma nova era, que prevalece, de instabilidade centrada

no multipolarismo e nas disputas multidimensionais. Uma era de incertezas, perigos emergentes, difíceis de prever e de conter, uma era de ameaças sem fronteiras.

O que verificamos é que, ainda que de carácter marcadamente interno e geograficamente circunscritos, os conflitos fazem a sua aparição de forma mais ou menos surpreendente, ditados pela rápida deterioração de uma situação ou pelo choque de interesses, obedecendo mais a considerações políticas do que a conceitos operacionais. Desde as incontáveis e crescentes migrações internacionais ao terrorismo, à criminalidade e cibercriminalidade organizadas à escala internacional, à degradação dos recursos naturais e demais problemas ambientais, aos impactos irreversíveis da pandemia mundial, todos estes fenómenos passaram a ter perturbante efeito na segurança internacional.

Ora, esta visão ganha particular relevo se tentarmos compreender de que forma a condição geograficamente limitada do espaço é hoje influenciada pela perceção socialmente construída de um mundo desregulamentado e de uma complexidade crescente. Na verdade, se as estruturas existentes se viram obrigadas a revigorar as suas organizações e o seu poder de intervenção, repensando um esquema de segurança interinstitucional, funcional e legítimo, assente no diálogo e no compromisso de soluções partilhadas, o valor da democratização das ideias passou a ser medido pela capacidade de mediatismo e de influência de centros de poder que advogam o benefício da paz e segurança internacionais.

Acontece, porém, que, apesar de na área euroamericana se apontar, genericamente, para a vigência dos modelos que constituem a democracia, na prática a ordem mundial tem sido incapaz de estender, de forma igualitária, todos os princípios dela importados, ou, mais ainda, universalizar, efetivamente, o respeito pelos Direitos Humanos como o derradeiro elemento para a garantia de uma fronteira de paz mundial.

Em suma, na dialética da História, o caminho para a fronteira da Paz seguiu já, como vimos, um significativo período de *tese*, sendo certo que parecemos enfrentar uma *antítese* fundada em motivações de poder da Eurásia que pretende regressar à sua missão continental, sobretudo quando observamos, na atualidade, tentativas de reorganização da epirocracia.

A *síntese* que nos reserva o futuro dependerá da capacidade da Federação Russa em assumir o controlo daquilo que nunca deixou de ser, o eixo geográfico da história. Fundadas tais condições, a par de sofisticadas campanhas de desinformação, a Rússia pretenderá inverter o sentido da história, sem que isso signifique ou uma rutura com o clima de paz ou um novo bipolarismo nuclear. Por sua vez aos Estados Unidos, conscientes de que a sua hegemonia mundial não é eterna, interessa-lhes o controlo do espaço político russo e a difusão de uma espécie de russofobia geral.

A dimensão da (in)segurança mundial dependerá, certamente, da capacidade mútua de exercer influência sobre os países do *cordão sanitário*, zona de fronteira entendida ora como ponte, ora como barreira entre o leste e o ocidente. O caminho para uma fronteira da Paz, sem centros de poder decisivos, antes poderes igualitários, construídos e mantidos por redes interligadas num sistema regido, talvez, por outros valores e outros destinos, parece ainda estar longe.

3.2. Muros à imigração ou a *fronteirização* da pobreza

Será consensual afirmar que a conceção de Paz, *“uma só Paz”*, enquanto valor sem fronteiras, preconizada pelo Papa João Paulo II durante a sua mensagem para a celebração do XIX Dia Mundial da Paz (a 1 de janeiro de 1986), se mantém como a grande ambição da Humanidade. As suas afirmações acerca da absoluta necessidade para o primado da cooperação e solidariedade mundiais na ligação entre as Nações, seja pelo imperativo territorial, seja pelo imperativo ético, prevalecem atuais e essenciais para a tão ambicionada universalidade da dignidade e dos direitos humanos.

Ao analisar as reais ameaças ao valor universal da paz (*“um valor que assenta em alicerces muito frágeis”*), João Paulo II alertou para outros tipos de fronteiras, socialmente construídas, que dividem o mundo em blocos e que favorecem desequilíbrios. A fronteira que divide o norte e o sul, o abismo que separa os ricos dos pobres ou o muro que se impõe entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, *“tornando precária a paz e levantando sérios obstáculos ao desenvolvimento (...) numa situação (...) [em que] os que mais sofrem são os pequenos e os fracos, os pobres e os sem-voz”*, são perceções não

convencionais que ultrapassam largamente a linha imaginária e que colocam a paz “*em sério perigo (...) devido a interesses consolidados e a interpretações divergentes e opostas da mesma*”.

Na linha da nossa reflexão, é curiosa a afirmação do Santo Padre quando considera que o valor da paz pode ser manipulado “*ao serviço de ideologias e sistemas políticos, que têm como último objetivo a dominação*”; e de que só com a “*renovação, uma conversão dos indivíduos*”, será possível superar os obstáculos, assumindo que estes não desenvolvem ideias próprias, dado que são produto das circunstâncias sociais. Ou seja, nesse sentido a lógica de uma fronteira da paz construída, artificialmente, para servir interesses e ideologias, será sempre favorável à criação de muros (nunca de pontes) à justiça social e à igualdade de Direitos.

Quando se pensava que a era da globalização simbolizaria o fim das fronteiras, em parte devido a projetos bem-sucedidos como o europeu (Castro, 2017a) na verdade atravessar a Europa sem controlo aduaneiro e com a mesma moeda pode ter contribuído para alterar a perceção da funcionalidade da fronteira (pelo menos no Espaço Schengen), mas nem mesmo aí dissipou discontinuidades territoriais e culturais.

Assim, acreditamos que o mito do fim das fronteiras caiu, precisamente, quando contemplamos a persistência de contendas políticas e territoriais, mais restrições no controlo de fluxos (que a pandemia veio agravar) ou mesmo a elevação de barreiras, tecnologicamente artilhadas com equipamentos de deteção, *drones* ou câmaras, como é caso emblemático a que foi construída entre os Estados Unidos e o México, mas também em Melilla e em Ceuta (para separar a Europa da África), na zona desmilitarizada entre as Coreias ou na Faixa de Gaza.

No fundo, limites impostos e artificialmente construídos, com grandes desafios de vigilância e de ameaça à segurança internacional, que fazem lembrar o modelo de divisão do *limes* romano, numa lógica moderna de *fronteirização (bordering)* que separa os incluídos dos excluídos, os desejáveis dos indesejáveis. Esta divisão ganhou, aliás, contornos particularmente dramáticos quando o Mar Mediterrâneo, fronteira natural que marcou irreversivelmente o processo histórico – e cuja condição geográfica foi fator impulsionador do *dominium mundi* e de irradiação civilizacional –, se transformou numa

enorme barreira anti-migratória que o Papa Francisco (2021) classificou de “*grande cemitério*”, percepção construída pela calamidade que envolve a crise dos migrantes.

De referir ainda que para além da separação abrupta de territórios disputados e da separação entre migrantes e não-migrantes, o fenómeno de *fronteirização* contempla, também, zonas de territórios não disputados, mas sujeitos a tensões, como é o caso das linhas de fronteira (*peace lines*), na Irlanda do Norte, que separam católicos de protestantes (o *muro enquanto figura de interdição*); ou então o caso das barreiras pós-conflito, como é exemplo a zona desmilitarizada entre as Coreias e o muro em Chipre.

Nesta lógica de compartimentação forçada por um imperativo de segurança, Robert Ardrey (1997) referiu-se ao território e à sua periferia não só como necessidade intrínseca de segurança, mas, simultaneamente, de satisfação da identidade, dada a “*tendência natural de identificação com um espaço extenso, durável e exclusivo*”. Nesse sentido, haveria um conceito de território inato para a maior parte das espécies e capaz de influenciar o seu comportamento – um imperativo territorial.

Mas se este ímpeto, diríamos de índole biológica, corresponde às necessidades de segurança e de identidade com o melhor espaço natural, disputado por todos, observa-se, em simultâneo, que o movimento de fixação também é social (a lógica do migrante: alcançar espaço percebido como mais apetecível do que o “nosso”). Ora, ao colocar-se a questão da racionalidade da delimitação do seu território, procurando indagar se obedece a uma decisão ou a um impulso, as opiniões divergem.

Ardrey considerou o homem um animal territorial, cujo comportamento é inerente à sua natureza e de origem evolutiva, afirmando que o apego à propriedade é biológico e inato. Outra perspetiva, embora aceitando que o meio geográfico exerce algumas influências sobre o homem, admite a sua libertação cultural face às rígidas formas de controlo que orientam o seu comportamento animal. Sem dúvida que o espaço é uma necessidade premente à existência de qualquer sociedade humana, mas esta relação depende tanto da herança biológica, como da tradição cultural, cuja interação se reflete na identificação do povo com o seu território.

O homem surge, então, com uma capacidade social inata para enfrentar os sucessivos estímulos, quer externos, quer internos, que Toynbee (1965) classificou em cinco grandes

grupos, a saber: 1) o estímulo dos países duros; 2) o estímulo do novo solo; 3) o estímulo dos choques; 4) o estímulo das pressões; e, 5) o estímulo das penalizações.

Relativamente ao primeiro, está essencialmente relacionado com os efeitos estimulantes do meio ambiente, confrontando diferentes graus de dificuldade, bem como comparações de tais efeitos sobre um novo e um antigo território, independentemente da natureza intrínseca do terreno, sendo que Toynbee (1965) sugeriu que *quanto maior é a adversidade, maior é o estímulo*.

O estímulo do novo solo levanta a questão de se saber se, por si só, este atua como um elemento favorável. O historiador britânico leva-nos até aos primórdios da Humanidade, remetendo-nos para o mito da expulsão do Éden, que levou Adão e Eva a fundar uma civilização agrícola e pastoral. Num outro exemplo, o do Êxodo do Egipto, enuncia a chegada do povo judeu à Terra Prometida como uma possibilidade de realizar as suas grandes conceções religiosas. Ou mesmo o caso dos povos colonizadores, que depois de atravessarem os mares, ganhavam um novo ímpeto perante o estímulo das novas terras. Enfim, várias provas históricas de como esta transferência de populações humanas ou de conceções ideológicas para um solo virgem provoca um notório auge em termos de possibilidades culturais.

Terceiro: o estímulo dos choques. São vários os acontecimentos que revelam que o confronto humano, no seio de uma sociedade em crescimento, desencadeia uma série de reações vitais, permitindo, assim, o avanço político e cultural. Porém, sobre os incentivos geohistóricos, Arnold Toynbee (1965) acrescentou que são as pressões que ocupam uma posição mais firme relativamente aos choques, uma vez que estes chamam mais a atenção pelo aparato militar e pela sua nítida localização geográfica. As pressões são fenómenos mais difusos, sujeitos a várias interpretações, dificultando assim os modelos de análise.

De referir que o fenómeno das fronteiras é o exemplo mais geral de pressões. As fronteiras criam energia e *marcas* expostas ao perigo, o que requer uma avaliação do seu papel no seio da história das comunidades a que pertencem, comparando-o com o dos territórios mais protegidos no interior dos domínios das mesmas. No fundo, o estudo geopolítico da periferia de tensão do espaço vital, onde se mantém o espírito da sua coletividade cultural.

Finalmente, o estímulo das penalizações, que obriga um grupo social a ocupar uma posição humilhante e desconsiderada na sociedade ou mesmo no Estado, sendo a escravatura talvez o exemplo mais evidente, mais universal e mais severo, muito embora se reconheça que o fenómeno de migração se possa enquadrar nesta característica.

Acresce que, perante uma imposição desta natureza, se gera um sentimento de resistência que, embora possa vir a esgotar-se (por exemplo, no caso de uma boa integração social), acaba por gerar uma especialização determinada, capaz de superar a dificuldade, como foi, em certa medida, o caso do povo judeu, cuja história parece ser uma contínua demonstração da sua vitalidade espiritual, suscitada pelas sucessivas penalizações de que foi alvo.

Ora, associado ao estímulo das penalizações está precisamente a questão da fronteirização dos migrantes e conseqüentemente da pobreza, que agrava – em particular no Mediterrâneo mas se sente por toda a Europa –, a estabilidade do conjunto de princípios que visam a unidade europeia, também ela, aliás, afetada internamente. Como afirmou Willy Brandt (1969), *“num mundo, em que cada um necessita do outro de forma crescente e em que todos dependem de todos, a política da paz não pode ser paralisada diante da própria porta”*.

A pobreza deve ser entendida como uma ameaça para a paz tão grave como a proliferação das armas de destruição maciça, ideia que assenta no quadro das afirmações de Sigmar Gabriel (2017), durante a sua primeira visita às Nações Unidas como ministro alemão das Relações Externas: *“Somos um país que vê na cooperação internacional o único caminho para impedir a guerra e a miséria das pessoas”*.

Não contemplar esta problemática na perspetiva de que ciclos viciosos de pobreza, que fazem das pessoas afetadas uma presa fácil para o uso de poder pela força ou pelo crime ou pelo terror, são fator de insegurança e de comprometimento do crescimento dos Estados, que, logicamente, colocam em causa a estabilidade nacional e internacional. Quando deveríamos, sobretudo pelos avanços da ciência e tecnologia, contemplar uma fase evolutiva da humanidade verdadeiramente revolucionária e livre, os muros à imigração e a *fronteirização da pobreza* personalizam o retrocesso no caminho traçado para a prossecução da paz e segurança mundiais.

3.3. A fronteira ambiental e o regresso à tribo

No debate sobre o mundo sem fronteiras ou sem limites, encontramos outra problemática que envolve a fronteira ambiental, associada à questão ecológica e à forma como nela interfere a atividade humana, gerando desequilíbrios que por vezes se refletem em ameaças à segurança, senão sobrevivência, da própria humanidade.

Importa por isso compreender, em primeiro lugar, que foi pela necessidade de adaptação às novas realidades que, ainda durante o século XX, surgiram novas ideologias (Lara, 1995), internacionalizadas, como a tecnocracia, o ecologismo ou o fundamentalismo, que assim contribuíram também para a perceção da desvalorização das fronteiras classicamente concebidas e para a ideia da unidade no mundo através do pluralismo.

A este propósito, e como consequência do processo histórico, já consolidamos a ideia de como o mundo está dividido em grandes áreas que envolvem os Estados num conjunto de afinidades que, teoricamente, tendem a favorecer uniões. Enquadra-se o designado princípio da convergência dos povos e das culturas enquanto fenómeno humano, teoria defendida pelo Professor Adriano Moreira (2002) que apontou para a existência de uma *“lei da complexidade crescente, que multiplica e especializa os centros de decisão política e as unidades culturais com identidade (princípio de dispersão), para os tornar mais interdependentes pela multiplicação das relações e dos riscos (princípio da convergência), a caminho de uma unidade cuja forma de gestão é imprevisível mas já se exprime em autoridades funcionais e organismos ou de diálogo, ou de cooperação, ou de administração, com um patamar no fenómeno dos grandes espaços formais”*.

Ora isto significa que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e com o aparecimento dos novos estados independentes, os centros de decisão política, económica e cultural se multiplicaram e autonomizaram, originando uma crescente interdependência, que acompanhou a transformação de problemas nacionais em preocupações internacionais, como foi o caso das questões ecológicas e ambientais. No fundo, a materialização do princípio de dispersão que resultou num (aparente) princípio de convergência.

Classificado como uma ideologia de segunda geração, o ecologismo, que concede “valor intrínseco à natureza, independentemente da função que ela cumpra para a satisfação das necessidades humanas” (Foladori e Pierri, 2001), assumiu um ataque direto à sociedade de consumo, à economia de crescimento industrial e capitalista e à ilimitação do progresso tecnológico. Foi através do *Green Party* que se abriu caminho para a ecologia política por toda a Europa, apoiada na concepção de vida em equilíbrio com o meio ambiente e não na sua destruição.

Para além de identificarem a natureza como a fonte do conhecimento que o homem deve respeitar e não tentar dominar, seria através dela que os indivíduos podiam alcançar a liberdade e a igualdade *biocêntrica*. No fundo, defendendo que todas as formas de vida devem ter direitos iguais, uma vez que as noções convencionais de igualdade são antropocêntricas e ignoram os interesses de todos os outros organismos não enquadrados na definição de humanidade. Era o início de uma consciência ecológica, que perdurou e se mantém viva.

Contudo, a visão inicial, demasiado focada na problemática ecológica, trouxe vicissitudes incompatíveis com os objetivos geoeconómicos e as exigências da sociedade internacional, o que obrigou a uma atualização de ideias mais moderada e conciliatória, logo de maior alcance mediático, porque fundada numa lógica de preservação da segurança de um bem comum – o único Planeta.

A situação de finitude é relevante, no sentido em que contrasta com a perceção de espaço geográfico enquanto condição perene da vida na Terra. Se as questões de segurança aliadas à delimitação do espaço vital têm justificado guerras de agressão pela definição de fronteiras (linhas de confrontação entre os povos), esperava-se que a perceção de finitude do planeta e, *in extremis*, a eventual extinção das espécies, pudesse gerar, na lógica do princípio da convergência, um compromisso global na defesa da derradeira fronteira planetária (linha de convergência entre os povos).

Tal não parece estar a acontecer, sendo visível que à medida que aumenta a pressão demográfica, económica e social face a um espaço limitado às zonas habitáveis (e, conseqüentemente, cada vez mais reduzido), têm aumentado também os múltiplos conflitos e a insegurança internacional (Lara, 2017). Entre os limites que o homem pôde

atingir e os limites das terras onde pode habitar, a fronteira da Humanidade condiciona a sua própria movimentação e não é ainda coincidente com os interesses individuais dos Estados. Por outras palavras, a fronteira ambiental mundial requer um entendimento global de espaço enquanto estratégia da vida (Isnard, 1982), já que o desenvolvimento, o progresso e a sustentabilidade apenas são possíveis no solo terrestre.

Progressivamente, a politização da temática permitiu ao ambientalismo mais moderado ultrapassar barreiras económicas e institucionais, embora a diferentes compassos. Quando o estudo *The Limits to Growth*, coordenado por Meadows (1972), foi publicado, houve efetivamente uma consciencialização, em massa, do esgotamento progressivo dos recursos naturais do planeta, alerta que foi crescendo desde a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo.

Naquela época, o combate à pobreza sobrepunha-se na agenda política, delegando para último plano as questões da poluição ambiental, o que viria a favorecer o aparecimento do conceito de sustentabilidade (Pierri, 2001) numa ótica de conjugação de interesses. O facto de se ter invertido o foco de análise, conforme defendido no Relatório Brundtland (1987), em que o desenvolvimento poderia ser posto em causa perante a degradação ambiental, foi essencial para analisar holisticamente os danos causados ao meio ambiente e o aumento da pobreza (o designado *duplo nó*), associando-os ao esgotamento de recursos e à pressão sócio-espacial de milhares de pessoas em condições precárias, numa perspetiva analítica socioambiental.

De facto, a evolução destes princípios suportou a dinâmica do debate em torno do desenvolvimento sustentável, enquanto "*aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*" (Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991) e cujo significado viria a alargar-se às áreas da política, da economia e da sociedade, numa lógica de governança, *empowerment* e justiça social.

Paralelamente, surgiu uma visão territorial que procurou incluir áreas protegidas (idealmente intocadas) e corredores ecológicos para a preservação e manutenção da biodiversidade. Também relevante foi o conceito de *bioregião*, enquanto território com características eco-culturais próprias numa relação social-espacial entre as comunidades

que o habitam e a natureza que protegem, valorizando o conhecimento local numa lógica de (quase) regresso à *tribo* pela satisfação de necessidades básicas, através de uma gestão racional dos ecossistemas locais (Jatobá *et al.*, 2009).

Esta noção de território ambiental local reveste-se de particular interesse, pois depreende características culturais e económicas ao reconhecer, por um lado, o espaço das populações locais e o seu direito à diversidade cultural (fronteira eco-cultural ou da consciência ecológica) e, por outro, a relevância de uma produção local e sustentável em respeito pela biodiversidade (fronteira eco-económica). Evidentemente, que estes conceitos envolvem fragilidades do ponto de vista funcional, uma vez que lhes falta suporte institucional capaz de promover o seu desenvolvimento, sendo mais provável uma lógica de preservação nacional do que local, mas o que não retira relevância à análise pois confirma a característica sócio-espacial que temos debatido em torno da definição de fronteira.

Em suma, a fronteira da sustentabilidade territorial pressupõe, por um lado, a conservação do planeta segundo compromissos internacionais assumidos e previsivelmente concretizáveis, muito embora a barreira da inação suscite descrédito institucional e contestação mundial. Por outro, prevê (utopicamente?) a redistribuição espacial em conformidade com medidas de reordenamento do território, o que pressupõe a desconcentração urbana apelando à ocupação em meios rurais (o regresso à tribo?) numa lógica de gestão racional dos recursos e de fortalecimento da coesão económica e social.

Num mundo sem limites ao consumismo desenfreado, a fronteira ambiental dependerá de uma abordagem multidimensional e urgente dos Estados, forçada pelos apelos, particularmente agregadores, da contestação mundial.

3.4. Ciber(in)segurança e ciberfronteira

Com o aparecimento da *internet* e o desenvolvimento das ligações em rede, a era da globalização, expressão popularizada por Kenichi Ohmae no seu *The Borderless World* (1999), contribuiu para o mito da *aldeia planetária* pela aparente interconexão, e consequente (inter)dependência, entre sociedades e sistemas. O potencial era de facto

enorme, mas a exposição a novos perigos rapidamente desmistificou a lógica inicial de circulação sem entraves num mundo virtual sem fronteiras.

O ciberespaço é, sem dúvida, um novo espaço de reconhecida relevância estratégica, que permitiu dar voz aos confins do mundo ao difundir mercados, conhecimento e cultura sem precedentes. Mas desgovernado e sem ordem, este território, altamente concorrencial, rapidamente começou a demonstrar que, a par de novas formas de comunicação, de interação e de mobilização das opiniões públicas, era possível instituir sistemas de controlo, manipulação e vigilância, capazes de direcionar essas mesmas opiniões.

Se a dependência das sociedades modernas do digital, da ligação em rede, do ciberespaço revolucionou a forma de estar no mundo, evidenciando um novo paradigma de sociedade internacional, também trouxe preocupantes ameaças desconhecidas (cibercrime, ciberterrorismo, ciberespionagem, ciberguerra), métodos imprevisíveis e probabilidade de ataques incertos, o que muitas vezes tem levado a questionar se as vantagens digitais se sobrepõem aos riscos.

Neste contexto, é curioso observarmos uma tentativa de transposição conceptual do mundo real para o mundo virtual, particularmente quando entendemos que a imagem de ciberespaço pode corresponder a uma convicção sócio-espacial de território físico. Nas redes, o território virtual é também disputado, e tentativamente dominado, pelos (tecnologicamente) mais aptos, que pretendem impor a sua ordem e valores.

Idealmente, o ciberespaço foi pensado para permitir a liberdade total de fluxos (Ventre, 2019), correspondendo o conceito de ciberfronteira a uma perceção individual. Contudo, esta convicção não traz quaisquer garantias de segurança aos Estados e aos seus cidadãos, expondo, antes, as suas fragilidades pela incapacidade de exercer o poder da forma a que tradicionalmente estavam habituados.

Não podemos, no entanto, excluir que há estados que beneficiam desta ausência de limites às suas ações disruptivas no ciberespaço, coordenadas, anonimamente ou sob cobertura, através de localizações indiferenciadas, que lhes permite exercer inequivocamente o seu poder. A presença, por exemplo, de cibergrupos afiliados a estados rivais, entendidos como ameaças persistentes avançadas (*advanced persistent threats*)

constituem uma séria e preocupante intimação aos interesses, infraestruturas e segurança dos atores internacionais. Sendo habitualmente grupos de elevada sofisticação e capacidade técnica, as operações que desenvolvem, explorando permanente vulnerabilidades dos alvos, aparentam estar concertadas com as linhas de ação externa dos Estados hostis. Do outro lado, tem persistido a sensação de que os atores internacionais são reativos perante os ciberincidentes, carecendo de meios humanos suficientes e altamente especializados.

Mas a dependência tecnológica acarreta ainda outras adversidades. Para além da possibilidade de concretização de ciberataques altamente disruptivos, com capacidade de paralisar a Nação, acresce o perigo da formação de mentalidades, particularmente quando todos enfrentamos a guerra desigual da *“exploração maliciosa da dimensão informacional, traduzida no aumento da desinformação, bem como na intensificação dos ciberataques”* (Ribeiro, 2021).

Esta última questão, em particular, tem suscitado o debate sobre a fronteira da ciberdemocracia, sobretudo no que se refere à forma e método de implementar uma estratégia de cibercomunicação, assim como a gestão de segurança da informação recolhida. Não faltam também exemplos de como a ausência de regras tem exposto dificuldades generalizadas para lidar com as redes de ativismo e de radicalismo do ciberespaço, o que exige uma estratégia firme, ativa e em permanente cooperação institucional, consolidando, na lógica de medidas preventivas, a imprescindível difusão de uma cultura de cibersegurança.

Desta forma, os Estados parecem estar envolvidos num paradoxo, que Ventre (2019) designou de *“dilema das fronteiras virtuais”*. Numa lógica de defesa-ataque, mas também de gestão de expectativas da sociedade internacional, cada Estado sente-se obrigado a manter-se *online* e conectado com o resto do mundo (na ótica do imperativo territorial), muito embora exerça ações de influência na imposição das suas convicções, ideias e ciberfronteiras.

É, pois, neste contexto que a ciber(in)segurança é entendida enquanto um dos instrumentos essenciais na disputa do atual espaço vital. Como tem sido possível observar recentemente, a insegurança cibernética, usada indiscriminadamente como fator de

dissuasão, mas também como vetor disruptivo, está na origem de uma nova tipologia de conflitos para a qual, podemos afirmar, nenhum Estado estará devidamente preparado. Embora os avanços tecnológicos tenham sido idealizados para melhorar o bem-estar social, os efeitos colaterais são, de facto, potencialmente perigosos, alertando-nos para o risco a que fica sujeita a sociedade.

Esta configuração de risco deixa antever uma perspetiva construtivista, sugerindo um quadro sócio-espacial de resiliência (ou não) das comunidades, que se organizam no ciberespaço enquanto novo espaço de atuação social. Este elemento constitui-se de particular pertinência pois, como têm demonstrado os acontecimentos recentes, primeiro em território nacional e depois na Rússia e na Ucrânia, o ciberespaço prefigura-se como o novo teatro de guerra, aberto a uma multiplicidade de atores, não estando a sociedade em geral preparada para os perigos que aí enfrenta.

Outro elemento relevante é o da desinformação e do recurso às redes sociais enquanto veículo transmissor de ameaças dispersas e de confrontos ideológicos, dado o efeito psicológico negativo que as guerras assimétricas causam junto da opinião pública. De facto, na generalidade dos casos, a opinião comum não consegue diferenciar a distância no terreno da proximidade da ameaça e dificilmente percebe as consequências de determinado acontecimento para a segurança coletiva.

Chris C. Demchak e Peter Dombrowski (2011) defenderam, no *Rise of a Cybered Westphalian Age*, que no ciberespaço se assiste à afirmação de soberania e de edificação de fronteiras virtuais, exigindo-se regulamentação, que na prática corresponde à criação de edificação de limites nacionais virtuais sob o pretexto de defesa e segurança dos cidadãos e das suas infraestruturas críticas – “*uma nova era vestefaliana cibernética*” (Demchak e Dombrowski, 2011). Sem dúvida que o novo equilíbrio das potências mundiais dependerá, igualmente, da capacidade para limitar os danos colaterais de um ciberataque, estando a NATO e a União Europeia empenhados nesse sentido.

Aliás, com o exponencial aumento dos ataques cibernéticos, que durante a pandemia causou danos incalculáveis, têm sido vários os Estados que procedem à revisão das suas estratégias de cibersegurança, com o claro propósito de melhorar a capacidade de resiliência e de resposta a ciberincidentes. O próprio Secretário-Geral das Nações Unidas,

António Guterres, tem vindo a alertar para os perigos eminentes da ciberguerra (a par da relevância da ciberdefesa), entendendo primordial manter a *internet* como uma ferramenta ao serviço do bem (2018). Para tal, disponibilizou a ONU enquanto plataforma para a elaboração de novas regras para novas tipologias de guerra não contempladas pela Convenção de Genebra.

Falta referir que, no complexo cenário de ciber(in)segurança mundial, a possibilidade de *apagão* não pode ser descurada. A China será talvez o país mais bem preparado para um contexto de desconexão, protegido pela reconhecida rede e unidade de ciberguerra que será capaz de garantir o seu isolamento em caso de ataque cibernético. Mas também, no sentido inverso, em caso de conflito, crises, motins, revoluções, alguns países têm recorrido à ativação de uma barreira interna que impede os acessos e a livre circulação de informação. Ou seja, a desconexão enquanto arma de contenção interna e, simultaneamente, como resposta à ameaça externa.

Esta imagem de uma espécie de estado-ilha, criado por si próprio, materializa a conceção multidimensional e pouco conhecida do ciberespaço, sendo possível compreender que as fronteiras virtuais, para além de nunca corresponderem à geografia de um país, têm um potencial de dimensão sócio-espacial altamente disruptivo e preocupante, revolucionando a análise geopolítica junto da ciberfronteira.

CAPÍTULO IV – PORTUGAL: REFLEXÕES GEOHISTÓRICAS SOBRE UMA NOVA VISÃO DE FRONTEIRA NACIONAL

4.1. A importância da geopolítica das fronteiras nacionais

O quarto e último capítulo desta dissertação é dedicado ao estudo de caso de Portugal, cujo propósito científico será o de lançar ideias para o eventual contributo que a geopolítica das fronteiras poderá desempenhar no âmbito da definição de uma estratégia de segurança nacional. Nesse sentido, pretendemos compreender como uma nova visão de fronteira nacional constituirá, eventualmente, uma mais-valia na definição e implementação dessa estratégia.

Em primeiro lugar, elucidar que não se trata de uma avaliação incisiva do território físico de Portugal, daquele que habitualmente é entendido como a parcela de espaço irrenunciável e que corresponde aos limites continentais e insulares do nosso país. Para esta análise, a relevância da nossa fronteira geográfica confirma-se pela capacidade que teve, em solo europeu, de manter, ao longo dos séculos, características fixas que ainda hoje comportam uma lógica de territorialidade original. Em certos momentos específicos da nossa história, o apego a este espaço, que se materializou numa interação do nosso núcleo geohistórico com outros povos, demonstrou que a estabilidade da condição geográfica foi fator preponderante na imprescindível equação de espaço e poder.

É, pois, nosso entendimento que os diversos estudos já referidos, e que analisaram profundamente essa temática, deixaram claro que, na história do nosso país, foi a preponderância da geografia e do conseqüente alargamento territorial que se manifestaram, quase exclusivamente, na definição dos desígnios nacionais, conceção que já não é exclusivamente aplicável aos dias de hoje.

Segundo o Relatório da Comissão para a Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Fontoura, 2013), *“houve tempo em que a opinião de Portugal era, em muitas situações, relevante, em face da sua presença em pontos nevrálgicos da geoestratégia mundial, assente num conflito pela hegemonia de conceções opostas do Mundo. A começar pela sua centralidade atlântica, a sua fachada marítima, a sua proximidade do Mediterrâneo, as ilhas sob sua soberania (Açores, Madeira, Cabo Verde, S. Tomé) no*

Atlântico, a que se somava a fachada marítima de Angola, situações decisivas no controlo do Atlântico Sul e das suas importantes rotas marítimas; a de Moçambique, virada para o Índico e funções idênticas; e, ainda, Timor-Leste, no Pacífico, no cruzamento de estratégias alheias e interesses diversos”.

Evidentemente que a perda de território transportou o trauma geracional que habitualmente coloca Portugal numa posição de exiguidade. O facto de sermos hoje um país de pequena dimensão, tal não significa que os princípios orientadores das nossas políticas externa e interna limitem, *a priori*, as nossas ambições. Não ter o palco das atenções mediáticas não exerce um carácter fatalista sobre a nossa integridade territorial. Antes, consideramos que na análise do poder do estado, estivemos durante demasiado tempo condicionados por essa interpretação, que é fundada, mas não implicitamente redutora.

É um facto que a nossa soberania deixou, entre 1974 e 1986, de ter presença para além da nossa fronteira política, mas aceitando a visão construtivista defendida ao longo deste documento, consideramos que a vantagem da geopolítica nacional ultrapassa, hoje, largamente essa condição.

Recordar, precisamente, que o fim das fronteiras internas na União Europeia moldou a nossa identidade transnacional e europeia, da mesma forma que a afirmação de Portugal na esfera multilateral, onde as nossas fronteiras políticas têm sido muito maiores do que as nossas fronteiras geográficas, culminou com eleições para lideranças na Comissão Europeia, nas Nações Unidas e também na Organização Internacional para as Migrações. A tudo isto acresce a imensidão do Mar (Ribeiro, 2004) para o qual estamos naturalmente vocacionados e cujo alargamento do seu domínio poderá fazer multiplicar por 17 o nosso espaço geográfico, através da atual Zona Económica Exclusiva, e por 40 no caso da extensão da Plataforma Continental se confirmar (Alves, 2022).

A importância das fronteiras nacionais, quando analisadas numa perspetiva multidimensional – que evidencia a relação sócio-espacial lusa, num contexto não exclusivo da condição geográfica –, permite-nos recuperar a perceção de Antero de Quental, enquanto cidadão europeu e do mundo, não limitado às nossas fronteiras e muito menos à insularidade periférica do nosso país. Numa lógica de *“considerar a humanidade como*

compreensão das diferenças, dos conflitos, dos interesses e das complementaridades” (Martins, 2018), começava a surgir uma consciência de que “à margem das fronteiras geográficas” poder-se-ia alcançar uma *“modelação de uma nacionalidade bem identificada, mas restaurada pela sua inserção numa perspetiva universal”*.

Assim, a par das vantagens competitivas da nossa centralidade atlântica, da nossa relevante plataforma continental e da nossa proximidade do Mediterrâneo, num quadro analítico interdependente NATO-UE-CPLP, devem ser estudadas com profundidade todas as interações que resultam destes cenários geopolíticos, habitualmente acompanhados de forma setorial. Da interação sócio-espacial resultante do cruzamento de visões, perceções e conhecimentos desta realidade geoestratégica, será possível iniciar uma linha de valorização do nosso potencial estratégico, presentemente percebido como *“residual e insignificante”* (Fontoura, 2013).

Para isso acresce a outra variável que constitui a massa crítica, a nossa população. Apesar do grave problema demográfico que enfrentamos e para o qual teremos que encontrar soluções não convencionais, entendemos que Portugal reúne hoje uma população mais qualificada, tecnologicamente integrada e de elevada capacidade criativa, como são vários os exemplos de sucesso no nosso país e no mundo. As características herdadas do nosso núcleo geohistórico evidenciaram, em pleno século XXI, um povo com competências que, sendo agregadas, poderão trazer um elevado potencial estratégico.

É a época de despertar consciências nacionais para a condução de uma estratégia consolidada e unificada, compreendendo que a segurança do país dependerá, cada vez mais, da nossa capacidade para trabalhar em rede (Romana, 2016a). Os discursos pessimistas da decadência nacional devem ser substituídos pela competência, pela ação conjunta, pela motivação nacional de quebrar a carga histórica do *“desejado”*, de quebrar a fatalidade pela capacidade técnica que nos chegou com a globalização.

Da análise da geopolítica das fronteiras nacionais verifica-se igualmente que a sobrevivência do Estado-Nação deve atender à multiplicidade de interações humanas, que originou a descentralização das fronteiras para outras realidades sócio-culturais, substancialmente relevantes porque ultrapassam *“a imaginação geográfica de fronteiras rígidas, fixas e imutáveis para uma perspetiva mais polivalente que também reconhece a*

natureza relacional do espaço” (Parker e Vaughan-Williams, 2012). Conseguir materializar a capacidade nacional de trabalharmos efetivamente em rede (teia), de forma coordenada, corresponderá à tendência para aceitar “*os entendimentos de fronteiras embutidos em novas espacialidades*” que ultrapassaram as “*dicotomias clássicas típicas do mundo territorial dos Estados-Nação*” (Laine e Casaglia, 2017).

Nesse sentido, o novo espaço geopolítico nacional incorpora um fluxo de fronteiras, entendidas como instituições sociais multifacetadas, complexas, mas dinâmicas, carregadas de “*diversas formas, funções e localizações simbólicas e materiais*” (Laine e Casaglia, 2017). Portugal beneficiará largamente com a valorização dos seus novos locais-chave, novos *territórios imaginários*, físicos, virtuais, marítimos, económicos, linguísticos, sócio-culturais se assim quiser “*entender a prática da soberania por via da interação de fronteiras*” (Jones et al., 2017).

Contudo, tal como a fronteira em movimento, que resultou da epopeia dos Descobrimentos, dependeu de um fator agregador do esforço nacional da consolidação do império através da expansão da Fé Cristã, as novas fronteiras nacionais só serão definitivamente relevantes do ponto de vista estratégico perante um fator agregador que seja capaz de operacionalizar a sua verdadeira interação e ligação em rede.

Tal exigirá, por um lado, capacidade política de reconciliação nacional, reconhecendo, naqueles que não ocupam as fronteiras tradicionais do nosso território físico, valor e resiliência; por outro, implementação de uma estratégia nacional de redefinição das fronteiras socio-espaciais num quadro internacional, mas também local, seguindo a nova tendência GRID – *Green, Resilient and Inclusive Development* do *The World Bank Group* (Pangestu et al., 2021).

Perante a incerteza global, espera-se da geopolítica organização e visão. Apenas com uma estratégia orientadora, comprometida com a importância dos valores, propósitos e princípios éticos que caracterizam a alma lusitana universal, será possível valorizar a interdependência das fronteiras nacionais, numa ótica de sustentabilidade económica, social, cultural e ambiental e que compreenda que os indicadores civilizacionais dos grandes saltos da humanidade se deram pela via da cooperação e não da competição. É,

pois, esta a lógica integradora que suscita as reflexões sobre uma nova visão de fronteira nacional a que nos propusemos no início desta dissertação.

4.2. Uma perspetiva crítica das fronteiras do Estado português

Como verificámos ao longo na nossa análise, secularmente os Estados assumiram, como objetivo essencial dos seus deveres, a defesa da sua integridade territorial, daí tendo decorrido a delimitação rigorosa do espaço nacional que a história, na sua marcha, foi configurando. Mas através da opção teórico-conceptual escolhida, foi possível constatar e apresentar, criticamente, diversos exemplos de como a geopolítica compreende as fronteiras, numa visão supranacional, enquanto “áreas de contacto (e, em certa medida, de transição) entre civilizações e esferas religiosas e culturais” (Laine e Casaglia, 2017).

Concluimos que, tecnicamente, a fronteira, nas suas mais variáveis dimensões, representa uma zona de eventuais tensões, de finas sensibilidades, por nela convergirem interesses soberanos incompatíveis, valores culturais distintos e economias diferentes que, interpenetrando-se, dão azo a um jogo subtil de pressões. Simultaneamente, aceitamos que o atual conceito de fronteira prevê uma interdependência relacional entre espaço, Estado e sociedade (identidade e cidadania), o que significa uma interação sócio-espacial com implicações políticas, económicas, estratégicas, de segurança.

Neste quadro, verificámos que, ao longo da história – e como, sobretudo, os acontecimentos dos últimos dois anos assim o comprovam – a geopolítica das fronteiras não pode continuar a ser analisada, de forma pouco imaginativa, apenas numa lógica de desarmonia e conflito entre Estados. O potencial geopolítico das fronteiras acarreta a compreensão crítica da sua multidimensionalidade, pois tal como defendemos ao longo da dissertação *“não se pode ignorar que a política da linha perdura (Walker 2010), mas as fronteiras são agora geralmente entendidas como instituições sociais dinâmicas e multifacetadas, e não apenas como marcas políticas formais de soberania”* (Laine e Casaglia, 2017).

Constatámos também que diversos fenómenos transnacionais, difundidos em rede, trouxeram características multifacetadas às fronteiras, numa lógica de dupla

funcionalidade, ora enquanto elemento fixo à geografia, ora enquanto elemento fluido de uma representação sócio-cultural. A globalização obrigou a uma “rearticulação da soberania estatal” (Jones e Johnson, 2016), que por isso permite à nova visão de fronteira *“mobilizar e fixar território, segurança, identidades, emoções e memórias e vários outras formas de socialização nacional”* (Laine e Casaglia, 2017).

Retomando a pergunta de partida desta investigação – **De que forma pode a geopolítica das fronteiras contribuir para o imperativo da segurança (e insegurança) do Estado?** –, consideramos que pudemos demonstrar, através da apresentação de vários cenários, que a evolução do conceito construtivista de fronteira, analisado pelo prisma da geopolítica, disponibiliza os meios necessários para garantir o imperativo de segurança de um Estado, pois apresenta uma visão holística, agregadora das ações e do comportamento das pessoas dentro e nas fronteiras nacionais.

Por isso mesmo, quanto melhor for o entendimento de um Estado sobre a perceção das suas fronteiras, não apenas como linhas territoriais, mas particularmente enquanto *“símbolos de processos de vinculação e exclusão social que são construídos ou produzidos em sociedade”* (Laine e Casaglia, 2017), maiores serão as probabilidades de concretizar e garantir a sua soberania e segurança nacional.

Foi, pois, a partir deste prisma que nos propusemos integrar a nova visão de fronteira nacional enquanto mais-valia para a definição e implementação de uma estratégia de segurança nacional. Procuramos defender que Portugal, enquanto Estado-Nação, não está a desaparecer, mas que não é possível planear uma imprescindível estratégia de segurança nacional focada apenas na visão espacial dos limites político-económicos (UE), de segurança e defesa (NATO) e culturais (CPLP) do país (Moreira, 2005). Também estas linhas devem ser profundamente avaliadas de forma polivalente, dinâmica e fluida, porque esse será o caminho para evitar as dicotomias clássicas da territorialidade onde impera o conflito e a agressão pela via redutora de que espaço é poder.

Assim, aceitando que *“as fronteiras são agora comumente entendidas como instituições sociais multifacetadas, e não apenas como marcadores políticos formais de soberania”* (Laine e Casaglia, 2017), concluímos que a dimensão da nossa territorialidade ganhou um novo ímpeto, por não se circunscrever ao espaço geográfico. Esta lógica não é,

evidentemente, expansionista nem ideologicamente vocacionada para os ensinamentos da *Geopolitik*. Pelo contrário, assenta num entendimento de que devemos caminhar, enquanto Nação, para a consolidação da *“maneira portuguesa de estar no mundo”* (Moreira, 2009), fundada na visão construtivista de fronteira até aqui consolidada.

Consciente que Portugal atravessa uma mudança de cariz geracional, com massa crítica mais qualificada, aberta ao mundo e com uma matriz de referência multidimensional, tal poderá beneficiar a análise interpretativa do papel das fronteiras multifacetadas do Estado português, num quadro de uma estratégia que contemple vontade e capacidade nacionais suficientemente agregadoras da nossa (falta de) coesão nacional, ainda dispersa pelo mundo.

Se considerarmos que a definição dessa estratégia esteve, secularmente, a ser delineada em função de um território que ora se expandia, ora se contraía, deixando de fora as dinâmicas e interações sócio-culturais, então poderemos concluir que a aceitação do princípio relacional das fronteiras gera novas oportunidades e novos desafios, mas também novas ameaças. Tal exigirá uma visão estratégica de conjunto, que operacionalize todos os recursos disponíveis numa ótica de otimização e coordenação, aceitando que, *“as fronteiras não são apenas um subproduto, mas possuem um poder produtivo próprio, desempenhando assim um papel estratégico na fabricação do mundo”* (Mezzadra e Neilson, 2013).

Propõe-se, por isso, que uma perspetiva crítica das fronteiras nacionais as enquadre enquanto locais de encontro social e cultural, numa lógica de difusão de valores entre um conjunto diversificado de atores, sendo que é aqui que ganha consistência a ideia de *“território espiritual”* (Sousa, 2016), ideia lançada na intervenção de Sua Excelência o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa na cerimónia de tomada de posse de 9 de março de 2016 e difundida em várias intervenções públicas do Presidente da República ao longo do primeiro e segundo mandatos, que reflete, precisamente, o espaço onde se encontram as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Será nesta lógica de entendimento, e que se compromete com os já mencionados valores, propósitos e princípios éticos que caracterizam a alma lusitana universal, que lançamos a ideia de fronteira espiritual.

Tal adjetivação não deverá, no entanto, ter uma leitura de matriz religiosa, como a que consolidou o império, antes um caráter hegeliano de que os verdadeiros portadores ou veículos da odisseia histórica do Espírito são os povos. Em cada grande momento histórico houve um povo que, pelas suas realizações espirituais traduziu de uma forma mais elevada a realidade do Espírito, realizando, assim, um grau mais elevado de universalidade e de liberdade. Assim o povo é a totalidade orgânica, uma realidade espiritual que se exprime na religião, na ciência, na arte, nos costumes, nos símbolos, nos mitos. Tudo o que é próprio de um povo é resultado do seu espírito e, assim, ao dizer que o Espírito do mundo encarna em determinados povos que o exprimem de forma específica, Hegel considerava que esse espírito se concretizava no Espírito do povo (*Volksgeist*), a que também chamou Espírito Nacional. Uma proposta que se reveste de atualidade.

A fronteira espiritual nacional é constituída na interação dos novos espaços (Moreira, 2008), não convencionais. Dela decorre também a herança dos afetos, entendida como uma herança civilizacional que faz parte da nossa cultura a um nível profundo, que assim já o era quando viam nos Lusitanos, *“na parte mais ocidental da Ibéria, um povo muito estranho [que] não se governa[va] nem se deixa[va] governar!”*, citação habitualmente atribuída ora a Júlio César, ora ao General Galba (Dias, 2015).

Mas os portugueses não são ingovernáveis, antes, e para operacionalizar tudo isto, precisam de liderança, coordenação, organização e, sobretudo, visão. Precisam de uma verdadeira estratégia consolidada, que potencialize o seu valor e as suas competências, maximizando-as numa lógica de *lobby* e em rede (a soma de valor deve prevalecer face à individualização), espírito que não existe entre a portugalidade, bem pelo contrário. O passado recente bem demonstrou que, nos momentos em que nos juntámos de forma organizada, conseguimos promover, com sucesso, as eleições de Durão Barroso, António Guterres e de António Vitorino para lideranças de relevantes organismos internacionais. A mesma lógica deve prevalecer internamente.

As novas fronteiras portuguesas têm, ainda, muito a ganhar quebrando barreiras, particularmente a da divisão social, por via da integração (dos nossos) e da inclusão (dos outros) – *nosotros* –, abandonando tendências exclusivistas e promovendo tendências criativas e empreendedoras. Ou seja, devemos encontrar, nos limites do nosso território

espiritual, uma linha de interação e comunicação de e com a nossa diáspora, recuperando a lógica do *princípio da unidade nacional e da interculturalidade* (Moreira, 2009), famoso conceito que antes exprimiu a unidade da diáspora fixada em terras de soberania e que hoje poderá emancipar o potencial da alma lusitana, carente de uma estratégia de conjunto que tem continuado a esbarrar numa derradeira e incompreensível fronteira.

4.3. Portugal e a derradeira fronteira à estratégia de segurança nacional

Face ao que precede, e perante a preocupante situação atual de um cenário pós-pandémico e de guerra na Europa, o sentimento global de inquietude e insegurança obriga-nos a pensar numa estratégia consolidada e de futuro (Ribeiro, 1998), que nos defina enquanto Nação e nos mostre o caminho num futuro próximo. A sobrevivência do modelo organizacional de segurança, tal como o conhecíamos, está em perigo e os cenários de curto prazo afiguram-se ainda mais complexos.

Com a apresentação das ideias anteriormente defendidas e aplicadas ao caso de Portugal, concluímos que só com uma ontologia das fronteiras e da territorialização da vontade da comunidade, politicamente organizadas, se compreendem as dinâmicas geopolíticas que têm definido, ao longo dos tempos, a afirmação dos Estados na ordem internacional. Paralelamente, confirmou-se que a observação dos fatores geohistóricos e também geoculturais ajuda à compreensão dos processos de (re)construção de identidades territoriais (Donnan e Wilson 1999), seguindo as dimensões simbólicas na análise geopolítica e *“um modelo (...) para o século XXI [que] deverá incluir um novo conceito de espaço – cada vez mais virtual e interdependente – e [que] deverá interpretar as implicações da desterritorialização das ameaças e as consequências da comunicação em network na construção e preservação de uma ideia de pertença a uma unidade geohistórica, em que as fronteiras são centrais ao discurso da soberania, mas cada vez mais pressionadas por novos códigos geopolíticos”* (Romana, 2013).

No caso de Portugal, e dada a natureza do objeto de estudo proposto na dissertação, procurámos refletir, através da nova visão de fronteira nacional, sobre a relevância em promover a conceção sócio-espacial de fronteira, que claramente ultrapassa o nosso

território físico e cujos limites multidimensionais, socialmente construídos, estarão na derradeira fronteira do nosso território espiritual. Aceitar a importância deste novo espaço e entendê-lo como relevante elemento de poder nacional, permitirá ampliar o universo de análise cujas potencialidades ontológicas e de grande qualidade académica do nosso país certamente enriquecerão a conceção de fronteira à luz de uma teoria de Relações Internacionais e hipoteticamente de uma Escola Lusófona.

Fora do meio académico, faltará derrubar a última fronteira em matéria de planeamento estratégico que tem persistido, de forma pouco consistente, no nosso país. Perante a perspectiva de elaboração de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) para breve é imprescindível aproveitar o *momentum* para fazer avançar a ideia de uma Estratégia de Segurança Nacional (ESN).

Contudo, será relevante que esse impulso tenha respaldo governativo, para validação e operacionalização, num quadro de recuperação económica e estabilidade político-social, que o atual contexto pós-pandémico parece trazer. Foi esse o caso de um número significativo de estados, como os EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Bélgica, Irlanda, Grécia, Polónia, Hungria, Eslováquia e Roménia, que, entre 2020-2021, suscitaram o debate nacional para rever as suas Estratégias de Segurança Nacional. Portugal, com um documento datado e sem nunca ter consolidado uma ESN, tem atrás de si apenas quatro países com documentos ainda mais desatualizados: Macedónia do Norte (2012), Bulgária (2011), Montenegro (2008) e Albânia (2004).

Por outro lado, e contrariamente à tendência da grande maioria dos Estados-Membros da União Europeia e da NATO, no nosso país a visão da segurança nacional continua subordinada à defesa. É nosso entendimento que o planeamento estratégico nacional deveria perspetivar-se no sentido inverso, retirando do pensamento militar estruturado os devidos ensinamentos que permitam expandir-se aos restantes pilares que, habitualmente, contemplam uma ESN.

No último Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2013), ainda em vigor, a visão sistémica da segurança nacional focou-se, essencialmente, na defesa, definindo as grandes linhas de atuação das Forças Armadas. Muito embora, inicialmente, a Comissão para a Revisão do CEDN – presidida pelo Professor Luís Fontoura (entre duas dezenas de

personalidades da vida política, académica e militar portuguesa que a constituíram) e instituída pelo Despacho n.º 9348/2012 do Ministro da Defesa Nacional, de 11 de junho –, tivesse prevista uma proposta integrada de segurança e defesa nacional, a mesma acabou por não ser contemplada.

Compreende-se, portanto, que seja muito importante para Portugal a definição de uma Estratégia de Segurança Nacional fora do exclusivo dos círculos fechados de pensamento, para que possa também integrar uma matriz operacional. É, pois, exigível que se multipliquem eficazmente sinergias setoriais, promovendo uma visão holística e integrada, que promova a coordenação e cooperação, sendo extremamente relevante que os conceitos de segurança, segurança interna e forças e serviços de segurança sejam revisitados.

Finalmente, e na mesma lógica de que as novas fronteiras nacionais só serão definitivamente relevantes, do ponto de vista estratégico, perante um fator agregador que seja capaz de operacionalizar a sua verdadeira interação e ligação em rede das competências nacionais, o mesmo se espera na promoção de uma cultura nacional de segurança, que proporcione aos Portugueses um sentimento de segurança esclarecido e conscientemente assumido, para que compreendam que a segurança coletiva depende do sentido de responsabilidade e resiliência de todos os cidadãos. Ou seja, a adesão da Nação é condição vital para a eficácia da Estratégia.

Em jeito de conclusão, consideramos que Portugal dispõe de um espaço geopolítico próprio, que ultrapassa largamente o seu território físico, assente na consolidação da maneira portuguesa de estar no mundo e cujas fronteiras chegam até ao limite do nosso território espiritual. Desta visão estratégica e da capacidade de avaliar o poder relacional das fronteiras portuguesas, através das dinâmicas e interações sócio-culturais, acreditamos que a nova visão de fronteira nacional constituirá uma mais-valia para a geopolítica da portugalidade, promovendo a elaboração de uma estratégia de segurança nacional que entendemos como essencial para os desígnios do nosso país.

BIBLIOGRAFIA

- Agnew, John (2003). *Geopolitics: Re-visioning World Politics*. Routledge: London.
- _____ (2013). "The Origins of Critical Geopolitics", in *The Ashgate Companion to Critical Geopolitics*. Ashgate: Farnham, pp. 19-32.
- Almeida, Políbio V. de (1990). *Do Poder do Pequeno Estado – enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*. Instituto de Relações Internacionais do ISCSP: Lisboa.
- Alves, Duarte Bué (2022). *Economia Azul*. Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa.
- Ancel, Jacques (1938). *Géographie des Frontières*. Librairie Gallimard: Paris.
- Anderson, J., O'Dowd, L. & Wilson, T. M. (2003). *New borders for a changing Europe: cross-border cooperation and governance*. Frank Cass: London.
- Anderson, Malcolm (1997). *Frontiers: Territory and State Formation in the modern world*. Polity Press: Cambridge, pp. 12-36.
- Andrey, Robert (1997). *The Territorial Imperative: a personal inquiry into the animal origins of property and nations*. Kodansha Globe: New York, p. 170.
- Aron, Raymond (1986). *Paz e Guerra entre as Nações*. Ed. Universidade de Brasília, Brasília.
- Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas (1967). *The Social Construction of Reality*. Penguin Books.
- Blache, Paul Vidal de La (1955). *Principes de Géographie Humaine*. Armand Colin: Paris.
- Blatter, J. (2001). *Debordering the World of States. Towards a Multi-Level System in Europe and a Multi-Polity System in North America Insights from Border Regions*. *European Journal of International Relations*, pp. 175-209.
- Bogdan, R. & Biklen, S., (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora: Porto.
- Boggs, Whittemore & Bowman, Isaiah (1940). *International Boundaries. A Study of Boundary Functions*, Columbia University Press: New York.
- Brandt, Willy (1969). *A peace policy for Europe*, New York, Holt, Rinehart and Winston.
- Brown, C. (2000). "International political theory: a British social science?", in *British Journal of Politics and International Relations*. Vol. 2, n. ° 1, pp. 114-123.
- Brundtland, Gro Harlem et al. (1987). *Our Common Future*, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas (ONU).
- Burghardt, Andrew F. (1973). "The Bases of territorial claims", in *The Geographical Review*, vol. 63, n. ° 2, pp. 225-245.

- Buzan, Barry & Hansen, Lene (2009). *The evolution of International Security Studies*, Cambridge University Press: New York.
- Buzan, Barry, Waever, Ole & Wilde, Jaap de (1998). *Security: a new framework for analysis*. Lynne Reinner Publishers.
- Campenhoudt, L. V., Marquet, J. & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2.ª ed.). Gradiva.
- Carpentier, Jean & Lebrun, François (2002). *História da Europa*, Editorial Estampa: Lisboa, pp. 86-90 e 125-137.
- Castro, Andreia Soares e (2017a). “A resposta aos desafios da “segurança interna” da União Europeia (UE): entre o reduto da soberania e a necessidade da cooperação ou a tensão permanente entre a defesa dos interesses nacionais e a busca do interesse comum”, in Lara, A. S. (coord.) *O Fim da Segurança*, Ed. MGI: Lisboa, pp. 183-214.
- _____ (2017b). “Reflexões sobre a União Europeia em tempos de crise e incerteza: a União Europeia como a melhor resposta dos Estados aos desafios da segurança”, in Lara, A. S., Caldas, R. C. S. G. & Diz, J. B. M. (coord.) *Paz e Guerra: Contributo para o diálogo entre Direito Internacional e Relações Internacionais*, ISCSP: Lisboa, pp. 269-288.
- Cohen, S. (2015). *Geopolitics: The Geography of International Relations*. Rowman & Littlefield: Maryland.
- Costa, Fernando Solano (1968), *Historia y Geopolitica – las horas de la geopolitica*, Publicações da Universidade: Zaragoza.
- Cox, Robert (1981). “Social forces, states and world orders: beyond international relations theory”, in *Millennium*. Vol. 10, n.º 2, pp. 126-155.
- _____ (2008). “The point is not just to explain the world but to change it”, in Reus-Smith, Christian; Snidal, Duncan, eds., *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford University Press: Oxford, pp. 84-93.
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design - Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (digital edition). SAGE Publications: London.
- Dalby, Simón (2002). *Geopolitics and Global Security – Rethinking geopolitical*. Routledge: London, pp. 295-313.
- _____ (2008). *Imperialism, Domination, Culture: The Continued Relevance of Critical Geopolitics, Geopolitics*. Routledge: London, pp. 413-436.
- _____ (2010). “Critical Geopolitics and Security”, in Burgess, J. P. *The Routledge Handbook of New Security Studies*. Routledge: London, pp. 50-58.

- Del Sarto, Raffaella A. (2010). "Borderlands: The Middle East and North Africa as the EU's Southern Buffer Zone", in Bechev, D. and Nicolaidis, K. (eds) *Mediterranean Frontiers: Borders, Conflicts and Memory in a Transnational World*, I.B. Tauris: London.
- _____ (2016). *Normative Empire Europe: The European Union, its Borderlands, and the 'Arab Spring'*. Johns Hopkins University, SAIS Europe/European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies.
- Demchak, Chris C. & Dombrowski, Peter (2011). *Rise of a Cybered Westphalian Age*, *Strategic Studies Quarterly*.
- Dias, Isabel de Barros (2015). "Não se governam, nem se deixam governar": Perenidade da expressão da relação dos Portugueses com os seus líderes (auto e hetero-imagem, no período medieval e na atualidade, Universidade Aberta e IELT-EISI/IEM – FCSH-UNL, *Limite*, n.º 9, pp. 383-400.
- Dittmer, J. & Gray, N. (2010). *Popular Geopolitics 2.0: Towards New Methodologies of the Everyday*. *Geography Compass*.
- Donnan, H., Wilson, T. (1999). *Borders: Frontiers of Identity, Nation & State*. Berg: Oxford.
- Dugin, Aleksandr (1999). *Основы геополитики: геополитическое будущее России (Fundamentos da Geopolítica: O Futuro Geopolítico da Rússia)* Anstvom Arktogeia: Moskva.
- Ebelin, Frank (1994). *Geopolitik. Karl Haushofer und seine Raumwissenschaft*, Akademie-Verlag: Berlin, pp. 223-231
- Fábián, Attila (2013). *Constructivist Views of Cooperation along the border*. University of West Hungary: Sopron.
- Faria, Carlos Vieira de (2005). "A casa e suas configurações", in *Textos e Pretextos*, Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: Lisboa, p. 96.
- Fawcett, C.B. (1921). *Frontiers. A Study in Political Geography*. Clarendon Press: Oxford, pp. 25-33 e 85-91.
- Foladori, Guillermo & Pierri, Naína (2001). *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Universidad Autónoma de Zacatecas.
- Fontoura, Luís (coord.) (2013). *Segurança e Defesa Nacional: um conceito estratégico*. Almedina: Coimbra
- Foucher, Michel (1986). *L'invention des Frontières*. Fondation pour les Études de Défense Nationale: Paris. pp. 67-71.
- _____ (1991). *Fronts et Frontières. Un Tour du Monde Géopolitique*. Fayard: Paris, pp. 57-74.

- Francisco (2021). Pope sends video message ahead of journey to Cyprus and Greece, Vatican News (<https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2021-11/pope-sends-video-message-ahead-of-journey-to-cyprus-and-greece.html>).
- Fukuyama, Francis (1999). *O Fim da História e o Último Homem*, Gradiva: Lisboa, pp. 27-35.
- Gabriel, Sigmar (2017). Nationalist worldview is recipe for 'more conflict, less prosperity, Germany tells UN Assembly. UN News (<https://news.un.org/en/story/2017/09/566192-nationalist-worldview-recipe-more-conflict-less-prosperity-germany-tells-un>).
- Giddens, Anthony (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. University of California Press: Berkeley.
- Glitz, Gustave & Cohen, Robert (1938). *Histoire Ancienne. Histoire Grecque: des origines aux guerres médiques*, vol. 1, Presses Universitaires de France: Paris.
- Goblet, Y. M. (1955). *Political Geography and the World Map*, Frederick A. Praeger: New York, pp. 52-53.
- Gray, Colin S. (1999). "Inescapable Geography", in *Geopolitics, Geography and Strategy*. Frank Cass Publishers: London, pp. 161-177.
- Gregory, Derek (1994). *Geographical Imaginations*. Blackwell: Oxford.
- Grimson, Alejandro (2003). *La Nación en sus limites*. Gedisa: Barcelona.
- Guterres, António (2022). António Guterres apela à diplomacia na Conferência de Segurança de Munique. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental das Nações Unidas (<https://unric.org/pt/antonio-guterres-apela-a-diplomacia-em-discurso-na-conferencia-de-seguranca-de-munique/>).
- Heers, Jacques (1977). *História Medieval*. Difel: Rio de Janeiro.
- Hintze, Otto (1973). "The State in Historical Perspective", in Bendix, R. ed., *State and Society*, University of California Press: Berkeley, pp. 163 e ss.
- Holdich, Thomas (1916). *Political Frontiers and Boundary Making*. St. Martin's: London.
- Houtum, Henk van (2005). "The Geopolitics of Borders and Boundaries", in *Geopolitics*. Routledge, pp. 672-679.
- Houtum, Henk van, Kramsch, O. & Zierhofer, W. (2005). *B/ordering Space*. Ashgate.
- Huntington, Samuel (1993). "The Clash of Civilizations?", in *Foreign Affairs*. Council on Foreign Relations: Nova York.
- Isnard, Hildebert (1982), *O Espaço Geográfico*. Coimbra, Livraria Almedina, pp. 29-32.
- Jabouille, Victor (1996). *O Mediterrâneo Antigo: unidade e diversidade*, Edição Colibri: Lisboa, pp. 9-69.

- Jatobá, Sérgio U. S., Cidade, Lúcia C. F. & Vargas, Glória M. (2009). “Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território”, in Dossiê: Sustentabilidade, regulação e desenvolvimento, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília: Brasília.
- Jervis, R. (1978). Cooperation under the security dilemma, in *World Politics*. vol. 30, n. ° 2, pp. 167-214.
- João Paulo II (1986). *A Paz é um valor sem fronteiras. Norte-Sul, Leste-Oeste: uma só Paz*. Vaticano. (https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19851208_xix-world-day-for-peace.html).
- Jones, Reece (2012). *Border Walls – Security and the war on terror in the United States, India, and Israel*. Zed Books: London.
- _____ (2019). *Open Borders – In Defense of free Movement*. The University of Georgia Press: Athens.
- Jones, R. & Johnson, C. (2016). Border militarisation and the re-articulation of sovereignty. *Transactions of the Institute of British Geographers* 41(2), pp. 187–200.
- Jones, R., Johnson, C., Brown, W., Popescu, G., Pallister-Wilkins, P., Mountz, A. & Gilbert, E. (2017). Interventions on the state of sovereignty at the border. *Political Geography* 59, pp. 1–10.
- Kagan, Donald (2006). *A Guerra Do Peloponeso*, Editora Record.
- Kedleston, Lord Curzon of (1907). *Frontiers, Romanes Lecture*: Oxford, p. 21.
- Kenan, George F. (1947), “The Sources of Soviet Conduct”, in *Foreign Affairs* (assinado X), vol. 25, n. ° 4, pp. 566-582.
- Kjellén, Rudolf (1923), *Der Staat Als Lebensform*, Kurt Vowinckel Verlag: Berlin.
- Koch, Julius (1930), *Historia de Roma*, Editorial Labor: Barcelona, pp. 181-223.
- Kolossov, V. & Scott, J. (2013). Questions conceptuelles dans les recherches sur les frontières. *Belgeo – Revue belge de géographie*.
- Krause, Keith (1996) *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Routledge: London.
- Kuus, M. (2010). “Critical Geopolitics”, in Denmark, R. A. & Marlin-Bennett, R. *The International Studies Encyclopedia*, Wiley-Balckwell: New Jersey, pp. 683-701.
- Kymlicka, W. (2001). “Territorial Boundaries: A Liberal Egalitarian Perspective”, in Miller, David & Hashmi, Sohail (eds), *Boundaries and Justice: Diverse Ethical Perspectives*. Princeton University Press: Princeton, pp. 249-275.
- Kyndt, Claire (2015). “A World of Borders: Exploring Geopolitics through Divide.”, in *Teaching Geography*, vol. 40, n. ° 1, Geographical Association, pp. 17–19.

- Lacoste, Yves (1988) *A Geografia, isso serve em primeiro lugar, para fazer a Guerra*. Papyrus: São Paulo.
- Laine, J. P., & Casaglia, A. (2017). "Challenging borders: a critical perspective on the relationship between state, territory, citizenship and identity: introduction", in *Europa Regional*, pp. 3-8.
- Lara, António de Sousa (1995). *Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias*, Ed. Pedro Ferreira: Lisboa.
- _____ (2013). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, ISCSP: Lisboa.
- _____ (coord) (2016). *Previsão e Mudança – Estudos Políticos e Internacionais*. MGI: Lisboa.
- _____ (coord) (2017). *O Fim da Segurança*. MGI: Lisboa.
- Linklater, A. & Suganami, H. (2006). *The English School of International Relations: a contemporary reassessment*. Cambridge UP: Cambridge.
- Linklater, A. (2011). *The Problem of Harm in World Politics: Theoretical Investigations*. Cambridge UP: Cambridge.
- Luttwak, Edward (1987). *La Grande Strategie de l'Empire Romain*, Ed. Économica: Paris, pp. 7-43.
- Mackinder, Halford J. (1904). "The Geographical Pivot of History", in *The Geographical Journal*, vol. XXIII, n.º 4, pp. 423-437.
- Mackinder, Halford J. (1943). "The Round World and the Winning of The Peace", in *Foreign Affairs*, vol. XXI, n.º 4, pp. 595-606.
- _____ (1981). *Democratic Ideals and Reality*, Greenwood Press: Westport.
- Mahan, A. T. (1987). *The influence of Sea Power upon History, 1660-1783*, Dover Publications: New York (1.ª publicação a 1889).
- Maltez, José Adelino (1996). *Princípios de Ciência Política – Introdução à Teoria Política*, ISCSP: Lisboa, pp. 163-171.
- Marchueta, Maria Regina (2000). "A Evolução do Conceito de Fronteira", in Moreira, Adriano e Cardoso, Pedro coord., *Estratégia - Vol. XII*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica: Lisboa.
- _____ (2002). *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*, Ed. Cosmos e Instituto de Defesa Nacional: Lisboa.
- Martins, Guilherme d'Oliveira (2018). *Houve uma Idade de Ouro na Nossa Cultura?*, Academia das Ciências, Nova Cidadania, Ano XX, n.º 64, pp. 28-32.
- Mauil, Otto (1928). *Politische Grenzen*, Zentral-Verlag G.m.b.H.: Berlim.
- Mendes, Pedro Emanuel (2019). *As teorias principais das relações internacionais – uma avaliação do progresso da disciplina*, in *Relações Internacionais*, pp. 95-122.

- Mezzadra, S. & Neilson, B. (2013). *Border as Method, or the Multiplication of Labor*. Durham NC and London.
- Minghi, J. (1963). *Boundary Studies in Political Geography*. *Annals of the Association of American Geographers*, p. 407.
- Moisio, S. (2015). "Geopolitics/Critical Geopolitics", in Agnew, J. (et al.) *The Wiley Blackwell Companion to Political Geography*, John Wiley & Sons Ltd: Oxford, 220-234.
- Moreira, Adriano (1963). *Fronteira Ideológica, Conferência/Colégio Universitário Pio XII: Lisboa*.
- _____ (1966). *As novas fronteiras e o direito à imagem nacional*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina: Lisboa.
- _____ (1999), "Reencontro Peninsular: Predomínio dos Factores Exógenos", in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Publicações Dom Quixote: Lisboa.
- _____ (2000). "Situação internacional portuguesa", in *Análise Social*, vol. 35, n.º 154-155, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 315-326.
- _____ (2002). *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina: Coimbra.
- _____ (2005). "As Fronteiras da Europa", in *Nação e Defesa*, nº 112, Lisboa, pp. 9-16.
- _____ (2007). "A identidade portuguesa", in *Annualia*, Lisboa.
- _____ (2008), "Os Portugueses e Portugal. A identidade portuguesa", in *Annualia*, Verbo: Lisboa.
- _____ (2009), "Portugal e a Geopolítica da Interculturalidade", in *Povos e Culturas – Portugal Intercultural*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa Lisboa, pp.292-337.
- _____ (2011). *A Circunstância do Estado Exíguo*, Diário de Bordo: Lisboa.
- Moret, A. & Davy, G. (1956). *De los Clanes a los Imperios*, UTHEA: Barcelona, pp. 52-107.
- Musset, Lucien (1982). *Las Invasiones. El segundo asalto contra la Europa Cristiana (siglos VII-XI)*, Editorial Labor: Barcelona.
- Ó Tuathail, Gearóid & Dalby, Simón (2002). *Rethinking Geopolitics*. Routledge: London.
- Ó Tuathail, Gearóid (2003). "Thinking critically about geopolitics", in *The Geopolitics Reader*. Routledge: London, pp. 1-12.
- _____ (2003). "Geopolitical Structures and Cultures: Towards Conceptual Clarity in the Study of Critical Geopolitics", in *Geopolitical Perspectives on World Politics*. Centre Defence and Security Studies: Winnipeg.
- Ohmae, Kenichi (1999). *The Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy*, Harper Business.

- Pain, Rachel (2009). "Globalized fear? Towards an emotional geopolitics", in *Progress in Human Geography*. SAGE: London, pp. 466-486.
- Pangestu, Mari et al. (2021), GRID – Green, Resilient and Inclusive Development. The World Bank Group: Washington, DC (<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/36322/Green-Resilient-and-Inclusive-Development.pdf?sequence=5&isAllowed=y>).
- Parker, N. & Vaughan-Williams, N. (2012). *Critical Border Studies: Broadening and Deepening the 'Lines in the Sand' Agenda*. *Geopolitics* 17(4), pp. 727–733.
- Petersen, Karen (2011). "Risk analysis – A field within security studies?", in *European Journal of International Relations*. SAGE: London, pp. 693-717.
- Prescott, J. R.V. (1987). *Political Frontiers and Boundaries*. Allen and Unwin: London.
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc van (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva: Lisboa.
- Raffestin, Claude (2005). "A ordem e a desordem ou os paradoxos da Fronteira" in Oliveira, Tito Carlos Machado de (org) *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*, Ed. UFMS: Campo Grande, pp 9-15.
- Ratzel, Friedrich (1896). "The Territorial Growth of States", in *The Scottish Geographical Magazine*, vol. XII, n.º. 7, pp. 361-361.
- _____ (1899). *Anthropogeographie. Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*, Verlag von J. Engelhorn: Stuttgart.
- _____ (1988). *Geographie Politique, Éd. Económica*: Paris.
- Ribeiro, António Silva (1998). *Planeamento da acção estratégica aplicada ao Estado*, Editorial Minerva: Lisboa.
- _____ (2004). "A consciência estratégica dos oceanos", in *Nação e Defesa*, n.º 108, Lisboa, pp. 53-66.
- _____ (2021). *A NATO e os desafios do futuro*. *Diário de Notícias* (<https://www.dn.pt/opiniao/a-nato-e-os-desafios-do-futuro-13687745.html>)
- Roberts, J. M. (1996), *Breve História do Mundo*, Editorial Presença: Lisboa, 1996, pp. 351-370.
- Romana, Heitor B. (2013), *Para uma análise geopolítica*, *Revista Globo*, pp. 22-25.
- _____ (2016a). *Da Cultura Estratégica: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar*. *Revista da Escola de Guerra Naval*, pp. 13-32.
- _____ (2016b). "Multilateralismo, Geopolítica da Cooperação e Comunidades Epistémicas: reflexões teóricas sobre a CPLP", in Sebastião, Sónia Pedro (coord.) *Comunidade dos Países*

- de Língua Portuguesa: a afirmação global das culturas de expressão portuguesa Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: Lisboa, pp. 43-55.
- Sá, Alexandre Franco de (2017). Da Polis Grega aos jogos sem fronteiras: cinco notas sobre o espaço na política europeia. Revista de História das Ideias, Vol. 35., 2ª Série, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 11-35.
- Sacchetti, A. (2001), As diferentes interpretações do conceito de fronteira. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, pp.69-82.
- Santo, Paula do Espírito (2015). Introdução à Metodologia das Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas. Edições Sílabo
- Santos, V. & Ferreira, M. (2012). Teorias das Relações Internacionais. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: Lisboa.
- Soulier, Gérard (1997). A Europa – história, civilização, instituições, Instituto Piaget: Lisboa, pp. 24-25.
- Sousa, Marcelo Rebelo de (2016), “Intervenção de Sua Excelência o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa na cerimónia de tomada de posse na Assembleia da República”, 9 de março de 2016 (<https://www.publico.pt/2016/03/09/politica/noticia/discurso-de-tomada-de-posse-de-marcelo-rebelo-de-sousa-na-integra-1725621>).
- Spykman, Nicholas J. & Rollins, Abbie A. (1939). “Geographic Objectives in Foreign Policy”, in The American Political Science Review, vol. XXXIII, n. 3 e 4, pp. 391-410 e pp. 591-614.
- Spykman, Nicholas J. (1944). The Geography of the Peace. Archon Books: Washington.
- Tavares, António Augusto (1988). Impérios e Propaganda na Antiguidade, Editorial Presença: Lisboa, pp. 93-117.
- Taylor, Peter (2000). “Geopolitics, political geography and social science”, in Geopolitical traditions: a century of geopolitical thought. Routledge: London, pp. 375-380.
- Toynbee, Arnold (1965). A Study of History, Laurel: New York, pp. 112-169.
- _____ (1979). A Humanidade e a Mãe-Terra. Uma História Narrativa do Mundo. Zahar Editores: Rio de Janeiro.
- Treheux, Jacques (1979). “La Frontière en Grèce”, in Frontières et Contacts de Civilisation, Colloque Universitaire Franco-Suisse. Éditions Baconnière: Neuchâtel, pp. 31-40.
- Ventre, Daniel (2019). “O dilema da fronteira virtual: Quando os Estados se tornam construtores de ciberfronteiras”, in Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales, pp. 75-96.

- Vives, J. Vicens (1974). "La frontera como periferia de tensión", in Tratado General de Geopolítica. Editorial Vicens: Barcelona, pp. 155-179.
- Walser, Gerald (1979). "La notion de Frontière Chez les Romains", in Frontières et Contacts de Civilisation, Coloque Universitaire Franco-Suisse. Éditions Baconnière: Neuchâtel, pp. 41-50.
- Walsh, Edmund (1944). "Geopolitics and International Morals", in Compass of the World. Macmillan: Nova Iorque, pp. 12-39.
- Waltz, Kenneth (1979). Theory of International Politics. Addison Wesley: Boston.
- _____ (1993), "The New World Order", in Millennium: Journal of International Studies, vol. 22, n.º 2, pp. 187-190.
- Wendt, Alexander (1992). Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Power Politics. International Organization, 46, pp. 391-425.
- _____ (2004). Social Theory of International Politics. Cambridge University Press: New York.
- Wight, Martin (1960). "Why is there no international theory?", in International Relations, vol 2, n.º 1, pp 35-48.
- _____ (1985), A Política do Poder. Editora Universidade de Brasília: Brasília, pp. 125-152.
- Yin, Robert (2009). Case Study Research: design and methods. SAGE: Londres.
- Zamora, Juan Clemente (1946). O Processo Histórico. Livraria Renascença: Lisboa.